

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLIN)

SIRLENE FREIRE DOS SANTOS PEREIRA

**RESTRIÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS DO OBJETO REDOBRADO: UM
ESTUDO COMPARATIVO DO REDOBRO DE CLÍTICO**

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2018

SIRLENE FREIRE DOS SANTOS PEREIRA

**RESTRIÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS DO OBJETO REDOBRADO: UM
ESTUDO COMPARATIVO DO REDOBRO DE CLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Vitória da Conquista, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística.

Linha de pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Namiuti Temponi.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2018

P495r

Pereira, Sirlene Freire dos Santos.

Restrições sintático-semânticas do objeto redobrado: um estudo comparativo do redobro de clítico. / Sirlene Freire dos Santos Pereira, 2018.

105f.

Orientador (a): Dra. Cristiane Namiute Temponi.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de

Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2018.

Inclui referência F. 94 – 97.

1. Redobro de Pronomes Clíticos. 2. Restrição sintática. 3. Restrição semântica 4. Sintaxe. I. Temponi, Cristiane Namiute. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós- Graduação em Linguística. T. III.

CDD: 469.5

Catálogo na fonte: *Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890*
UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Syntatic-semantic restrictions of the doubling object: a comparative study of the Clitics doubling.

Palavras-chave em inglês: Clitics doubling. Syntax. Syntactic restriction. Semantic restriction.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Cristiane Namiuti Temponi (Presidente-orientadora); Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira (UESB); Prof. Dr. Carlos Felipe da Conceição Pinto (UFBA).

Data da defesa: 27 de março de 2018.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

SIRLENE FREIRE DOS SANTOS PEREIRA

**RESTRIÇÕES SINTÁTICO-SEMÂNTICAS DO OBJETO REDOBRADO: UM ESTUDO
COMPARATIVO DO REDOBRO DE CLÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

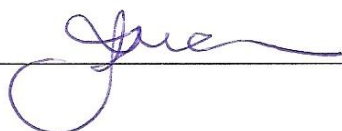
Data da aprovação: 27 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cristiane Namiuti Temponi
(Presidente)
Instituição: UESB

Ass.: 

Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa de
Oliveira
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Carlos Felipe da Conceição Pinto
Instituição: UFBA

Ass.: 

A minha mãe, Ana, por todo amor e por ser
minha principal incentivadora.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sua infinita bondade. Por me abençoar imensamente e me conceder forças.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Ao programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin), pela oportunidade;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e financiamento das atividades do PPGLin da UESB.

Aos membros da Banca de Qualificação Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira e Profa. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva pelas contribuições.

Aos membros da Banca de Defesa Prof. Dr. Carlos Felipe da Conceição Pinto, Profa. Dra. Adriana Stella Cardoso Lessa de Oliveira, Prof. Dra. Charlotte Marie Chambelland Galves (suplente), Prof. Dra. Elisângela Gonçalves da Silva (suplente).

Aos professores e funcionários do PPGLin.

A meu esposo por estar sempre ao meu lado, me apoiando incondicionalmente.

A minha mãe pelos conselhos, ao meu padrasto e meu irmão pelo companheirismo.

A minha amiga e colega de mestrado Josany Silva, pela amizade e companheirismo.

A minha incentivadora Vivian Meira de Oliveira, por ter me ensinado a trilhar os caminhos da pesquisa.

“Colorless green ideas sleep furiously”
(Ideias verdes incolores dormem furiosamente)
Noam Chomsky (1957)

RESUMO

Nesta pesquisa objetivamos estudar o redobro de clíticos pronominais. Martins (2013) descreve que em Português Europeu, em estruturas de foco contrastivo, o constituinte aparece realizado por um clítico e um pronome forte, com os mesmos traços de pessoas e número do clítico, precedido pela preposição *a*. Nesse caso, o clítico e o pronome forte a ele associado, realizam um único argumento verbal. Nesses contextos, ocorre a duplicação do pronome tônico, para colmatar a sua natureza fraca. Como consequência, surge a estrutura de redobro de clítico. No Português Brasileiro não é constatado o uso da preposição em redobro de objeto acusativo, e o fenômeno parece envolver apenas a primeira e segunda pessoas do singular, fatos que distinguem essa língua do Espanhol, do Português Europeu, do Português Medieval e Clássico, uma vez que, nessas variedades, a preposição aparece em redobro de objeto acusativo, e há também contextos de redobro com a terceira pessoa. Objetivamos investigar quais as restrições sintático-semânticas que permitem ou bloqueiam a ocorrência de redobro nessas variedades, fazendo para isso uma revisita de trabalhos sobre o fenômeno linguístico conhecido como redobro de clíticos em diferentes sincronias do português (Português Brasileiro, Português Europeu, Português Medieval e Português Clássico) e em variedades do espanhol, dando ênfase ao redobro relacionado aos complementos de verbos transitivos (constituintes com valor de objeto direto ou indireto), partindo de uma abordagem gerativista para a descrição e análise comparativa dos dados. O estudo comparativo nos revelou que o redobro de pronomes clíticos se condiciona a restrições impostas pelo importe sintático-semântico do sintagma redobrado. O estudo comparativo entre as descrições e dados do fenômeno no Português Brasileiro, Português Europeu, Português Medieval, Português Clássico e as variedades do Espanhol apontam que em todas as variedades, como restrição sintática dos sintagmas que participam das construções de redobro, o objeto redobrado não pode ser um NP nu, devendo, obrigatoriamente, projetar uma capa funcional DP. Também de forma comum entre as variedades, constatamos que em todas o predicado deve ser do tipo que apresenta leitura não-epistêmica, para que ocorra o redobro. Com relação ao aporte semântico, os dados revisitados apresentam especificidades referentes a cada variedade revisitada: em Espanhol o objeto acusativo redobrado pode ser tanto animado quanto inanimado, de primeira, segunda ou terceira pessoas, desde que tenha os traços positivos para referencialidade, especificidade e definitude. Já o dativo pode ser menos específico e menos definido nos dados observados do Espanhol. No Português Medieval, Português Clássico e Português Europeu, tanto o objeto acusativo quanto o dativo, quando redobrado, são necessariamente humano, específico, definido, podendo ser de primeira, segunda ou terceira pessoas. Já em Português Brasileiro o objeto direto ou indireto além de serem definidos e necessariamente humanos, são necessariamente primeira ou segunda pessoa.

PALAVRAS-CHAVE

Redobro de clíticos. Sintaxe Restrição sintática. Restrição Semântica.

ABSTRACT

In this research we aimed to study the doubling of pronominal clitics. Martins (2013) describes that in European Portuguese, in structures of contrastive focus, the constituent appears realized by a clitic and a strong pronoun, with the same traces of people and number of the *clítico*, preceded by the preposition *a*. In this case, the clitic and the strong pronoun associated with it, make a single verbal argument. In these contexts, doubling of the tonic pronoun occurs, to fill its weak nature. As a consequence, the structure of clitic redoubled. In Brazilian Portuguese it is not verified the use of the preposition in redouble of accusative object, and the phenomenon seems to involve only the first and second people of the singular, facts that distinguish this language from Spanish, European Portuguese, Medieval and Classical Portuguese, once that, in these varieties, the preposition appears in redouble of accusative object, and there are also contexts of redouble with the third person. The aim of this work is to investigate which the syntactic-semantic restrictions that allow or block the occurrence of redouble in these varieties, making for a revisit of works about the linguistic phenomenon known as clitics doubling in different synchronies of Portuguese (Brazilian Portuguese, European Portuguese, Medieval Portuguese and Classical Portuguese) and in Spanish's varieties, emphasizing the redouble related to the complements of transitive verbs (constituents with value of direct or indirect object), assuming a generative approach to the comparative analysis. The comparative study has shown that the clitics doubling pronouns is conditioned by the constraints imposed by the syntactic-semantic amount of the doubled syntagm. The comparative study between the descriptions and data of the phenomenon in Brazilian Portuguese, European Portuguese, Medieval Portuguese, Classical Portuguese and the varieties of Spanish indicates that in all varieties, as syntactic restriction of the syntagms that participate of the redoubled constructions, the redoubled object does not can be a bare NP, and must necessarily design a functional cover DP. Also of common form among the varieties, we find that in all the predicate must be of the type that presents non-epistemic reading, so that redouble occurs. With regard to the semantic contribution, the revisited data show specificities referring to each revisited variety: in Spanish the redoubled accusative object can be both animate and inanimate, first, second or third person, provided that it has the positive traits for referentiality, specificity and definiteness. The dative may be less specific and less defined in the observed data of Spanish. In Medieval Portuguese, Portuguese Classical and European Portuguese, both the accusative and the dative object, when redoubled, are necessarily human, specific, defined, being first, second or third persons. In Brazilian Portuguese the direct or indirect object besides being defined and necessarily human, are necessarily first or second person.

KEYWORDS

Clitics doubling. Syntax. Syntactic restriction. Semantic restriction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema representativo da projeção com pronomes fortes.....	23
Figura 2: Esquema representativo da projeção com pronomes fracos.....	24
Figura 3: Esquema representativo da projeção com pronomes clíticos.....	24
Figura 4: Esquema representativo do <i>locus</i> do Caso.....	30
Figura 5: Inserção do clítico em PF	45
Figura 6: Projeção sintática do D/NP redobrado.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Clíticos e determinantes	27
Quadro 2: As pessoas dos clíticos pronominais	28
Quadro 3: Propriedades semânticas e seleção categorial dos predicados	42
Quadro 4: Descrição comparativa do fenômeno do redobro com relação ao tipo de clítico, objeto redobrado e uso da preposição nas variedades	76
Quadro 5: Traços semânticos do objeto redobrado nas variedades	82
Quadro 6: predicados sintáticos e redobro de clítico	88
Quadro 7: predicado semântico e redobro de clítico	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acc	Acusativo
<i>Agr</i>	Concordância verbal
Agree	Concordância (Agreement)
C	Complementizador (Complementiser)
CP	Sintagma complementizador (Complementiser Phrase)
CV	Categoria Vazia
D	Determinante
DE's	Descrições Estruturais
D/NP	Sintagma nominal que projeta sempre uma categoria funcional DP
DP	Sintagma Determinante (Determiner Phrase)
ECM	Marcação excepcional de Caso
ES	Espanhol
FL	Faculdade da linguagem (Faculty of Language)
GU	Gramática Universal
IP	Sintagma Flexional (Inflection Phrase)
LF	Forma lógica (Logical Form)
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachushttes
N	Nome
Nom	Nominativo
NP	Sintagma nominal (Noun Phrase)
PB	Português Brasileiro
PC	Português Clássico
PE	Português Europeu
PF	Forma fonológica (Phonological Form)
PM	Português Medieval
PM	Programa Minimalista
P&P	Princípios e Parâmetros
PP	Sintagma Preposicional (Prepositional Phrase)
Spec	Posição de especificador
T	Tempo (Tense)
V	Verbo (Verb)

VP	Sintagma verbal que tem como núcleo um verbo lexical
Vp ou v*P	Grupo de Verbo Leve (Light Verb Phrase)
v ou v*	Verbo Leve (Light Verb)
XP	Projeção Máxima (=sintagma)
X ⁰	Projeção mínima

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	18
2.1 O modelo gerativista e a origem da noção de traços	18
2.1.1 A noção de traços.....	20
2.2 Traços semânticos	22
2.3 A composição do traço- ϕ pessoa.....	23
2.4 Tipologia dos pronomes	24
2.5 Caso e concordância.....	29
2.6 A predicação verbal	31
2.7 Os clíticos em contextos de redobro.....	44
3 O REDOBRO DE PRONOMES CLÍTICOS	47
3.1 Estudos sobre redobro de clíticos no Espanhol	47
3.1.1 Jaeggli (1986)	47
3.1.2 Suñer (1988)	51
3.1.3 Outras propostas no espanhol.....	54
3.2 Estudos sobre redobro de clíticos em variedades diacrônicas do Português	55
3.2.1 Português Medieval	55
3.2.1.1 Estudos de Castilho (2005 e 2006)	55
3.2.2 Português Clássico	58
3.2.2.1 Estudo de Gibrail (2003)	58
3.3 Estudos sobre redobro de clíticos em variedades atuais do Português	60
3.3.1 Português Europeu.....	60
3.3.2 Português Brasileiro.....	65
3.3.2.1 Oliveira (2006)	65
3.3.2.2 Diniz (2007).....	66
3.4 Considerações sobre a seção.....	70
4 DESCRIÇÃO COMPARATIVA DO OBJETO REDOBRADO EM VARIEDADES DO PORTUGUÊS E DO ESPANHOL	72
4.1 Aspectos formais dos elementos envolvidos no fenômeno	72
4.1.1 O tipo de clítico	73
4.1.2 Tipo de D/NP redobrado.....	74
4.1.3 O uso da preposição e redobro de objeto acusativo.....	75
4.1.4 Quadro síntese da análise descritiva.....	77

4.2 AS RESTRIÇÕES SEMÂNTICAS DO D/NP REDOBRADO NAS VARIEDADES	77
4.2.1 No Espanhol	77
4.2.2 No Português Medieval	80
4.2.3 No Português Clássico.....	80
4.2.4 No Português Europeu	81
4.2.5 No Português Brasileiro	82
4.3 Quadro síntese das restrições semânticas do D/NP redobrado nas variedades	82
4.4 As restrições sintáticas	83
4.5 Os contextos discursivos	85
4.6 Considerações sobre as restrições sintático-semânticas e discursivas do D/NP redobrado....	87
4.7 Predicação verbal e redobro de clíticos pronominais	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	94
ANEXO A- DADOS UTILIZADOS	98

1 INTRODUÇÃO

Martins (2013) ao descrever o redobro de clíticos no Português Europeu (PE), apresenta as seguintes considerações sobre o fenômeno: o pronome clítico, por necessitar de acento, “não pode ser o constituinte posto em relevo nas estruturas que envolvem focalização contrastiva (*nasceu-lhe um dente, não à Maria) ” (MARTINS, 2013, p.5). Em sentenças desse tipo,

Um constituinte pronominal que seja semanticamente um foco contrastivo aparecerá realizado por dois elementos: um clítico (acusativo ou dativo) e um pronome forte, com os mesmos traços de pessoa e número que o clítico, precedido da preposição *a* (nasceu-lhe um dente *a* ele, não *a* Maria). O clítico e o pronome forte *a* ele associado realizam um único argumento verbal, desempenhando a forma forte, no plano prosódico, o papel que está vedado ao clítico. Considera-se que, neste caso, o pronome tônico duplica, ou “redobra” o clítico (de forma *a* colmatar, para um fim particular, a sua natureza “fraca”, ou “deficiente”). À estrutura resultante chama-se construção de redobro do clítico (MARTINS, 2013, p. 5).

Tal fenômeno é bastante utilizado em variedades do Espanhol (Es) sendo o uso da preposição também obrigatório, como no exemplo de Jaeggli (1986, p. 151): ***Le*** sacaron la muela del juicio ***a Juan***.

Entretanto, no Português Brasileiro (PB), o fenômeno de redobro de clítico não envolve o uso necessário da preposição junto de objetos acusativos, como no verso da música de Marina Lima (composta por Kiko Zambianchi) “Eu ***te*** amo ***você***”, estrutura também verificada na fala corrente dos brasileiros e objeto de estudo de Diniz (2007). Outro fato que nos chama a atenção é que no PB o fenômeno parece não envolver a terceira pessoa como no PE (*nasceu-lhe um dente a ele, não a Maria* (MARTINS, 2013, p. 5)) e no Es (***Le*** sacaron la muela del juicio ***a Juan*** (JAEGLI, 1986, p. 151)).

Em PB o uso da preposição é exclusivo do redobro de objetos dativos, sendo os acusativos não preposicionados, enquanto no PE e no Espanhol todo tipo de constituinte redobrado deve ser preposicionado. No PB, o redobro parece envolver apenas a primeira pessoa e a segunda pessoas do discurso enquanto no PE e no Espanhol a terceira pessoa também é atestada. Partindo destas constatações objetivamos realizar um estudo comparativo sobre o fenômeno redobro de clíticos, fazendo um paralelo entre o PB, o Espanhol e variedades históricas do Português (Português Medieval e Clássico).

Considerando que o redobro de pronomes envolvendo clíticos pronominais no PB apresenta-se diferentemente do PE e do Espanhol, formulamos a investigação dessa pesquisa,

com o seguinte questionamento: Quais são as restrições sintático-semânticas que permitem/bloqueiam a ocorrência do fenômeno estudado?

Com base nessa indagação, objetivamos comprovar a hipótese:

A ocorrência do fenômeno de redobro de objetos direto ou indireto por clíticos é condicionada por restrições sintático-semânticas ligadas ao feixe de traços referencialidade, definitude, especificidade e animacidade.

Para responder às indagações e comprovar a hipótese a pesquisa teve os seguintes objetivos metodológicos:

- (i) Analisar descritiva e teoricamente o redobro de pronomes clíticos, adotando uma perspectiva comparativa sobre as restrições sintático-semânticas que propiciam o redobro de pronomes nas variedades utilizadas;
- (ii) Delinear os contextos linguísticos discursivos nos quais o fenômeno ocorre com base na observação das variedades;
- (iii) Analisar, para cada língua considerada, se o tipo de predicado é uma restrição para a ocorrência do redobro nos dados, observando se essas possíveis restrições se dão em nível sintático-semântico.

A pesquisa sobre o fenômeno do redobro de objeto é desenvolvida por metodologia de descrição qualitativa comparada, pois o estudo qualitativo das ocorrências do fenômeno nas variedades do Português e no Espanhol ajudará a explicar a natureza da duplicação de complementos nas línguas ibero-românicas, podendo contribuir para a compreensão do fenômeno nas línguas naturais. Para compor a pesquisa recorreremos à consulta de sentenças em contextos de redobro de clíticos pronominais em *Corpus*, e na revisita de trabalhos pertinentes à nossa abordagem e fazemos uso do quadro teórico de Princípios e Parâmetros no seu modelo minimalista.

Seguindo a escolha dos dados da seguinte forma:

- Dados do Espanhol: coletados dos trabalhos de Jaeggli (1986) e de Suñer (1988);
- Dados do Português Medieval: coletados nos trabalhos de Castilho (2005 e 2006);
- Dados do Português Clássico: coletados no trabalho de Gibrail (2003);
- Dados do Português Europeu: coletados do Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe - Cordial-SIN;

- E por fim, os dados do Português Brasileiro: elencados a partir da revisita do trabalho de Diniz (2007) que apresenta o redobro via dialeto mineiro e de um trabalho anterior de nossa autoria Pereira (2015) que apresenta as sentenças redobradas em dados naturais coletados na internet e em falas espontâneas, relativos a diferentes variedades do português brasileiro contemporâneo.

Para a realização da análise qualitativa, os dados foram classificados de acordo com o contexto do objeto redobrado:

- O contexto sintático: tipo de clítico; tipo de D/NP redobrado; uso da preposição introduzindo o objeto acusativo redobrado;
- Contexto semântico (feixe de traços: [REFERECIAL; ESPECÍFICO; DEFINIDO]; [EGO, TU]:
- E o tipo de predicado: em nível sintático - predicados simples e complexos; e em nível semântico - leitura não-epistêmica (Ação/Atividade) e leitura epistêmica (Estado/Proposição).

Essa dissertação se organiza em quatro seções. Essa primeira seção é introdutória. Nela apresentamos o objeto de estudo, as questões da pesquisa, objetivos e hipóteses. Na seção 2, apresentamos os pressupostos teóricos e metodológicos. Na seção 3, apresentamos os estudos sobre o redobro no espanhol e em variedades diacrônicas e sincrônicas do português. Na seção 4, apresentamos a descrição comparativa do objeto redobrado em variedades do português e do espanhol.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para composição do trabalho, fazemos uso do quadro teórico de Princípios e Parâmetros no seu modelo minimalista (CHOMSKY, 1995; 1998; 1999a). Logo, apresentaremos em linhas gerais: em que consiste o gerativismo, um resumo das principais ideias do Programa Minimalista e a noção teórica de traços, assuntos pertinentes para a descrição e análise das sentenças. Ainda apresentaremos as conceituações dos aspectos sintáticos e semânticos que utilizamos para análise e descrição dos dados.

2.1 O modelo gerativista e a origem da noção de traços

Em 1957, Chomsky publica *Syntactic Structures*: o texto dessa obra é fundador do Programa de Pesquisa Gerativa. Essa teoria possui sua base teórica pautada na compreensão da linguagem enquanto faculdade mental inata, comum a todos os indivíduos da espécie humana. Essa característica inata e mental foi denominada por Chomsky como faculdade da linguagem. Ao longo desses 61 anos o Programa Gerativista passou por algumas transformações, o que permite dividi-lo em três fases: A primeira é caracterizada pelo modelo teórico de Regras Transformacionais, que compreende a publicação da obra *Syntactic Structures* (1957) e abrange as produções até a década de 70; a segunda fase compreende o Modelo Padrão Estendido, uma fase de transição para a teoria de Princípios e Parâmetros (P&P); e a terceira fase da teoria, iniciada na década de 80 com a publicação de *Lectures on Government and Binding* (1981) e revisada em *The Minimalist Program* (1995). O pressuposto fundamental da teoria de P&P é que os princípios são uma parte invariante de qualquer língua humana, enquanto os parâmetros são os motivadores para as diferenças existentes entre as línguas.

Para a Teoria Gerativa, a língua assume ao menos dois significados distintos: Língua-E e Língua-I (CHOMSKY, 1994). A Língua-E é um fenômeno sociocultural que se refere ao aspecto coletivo das línguas, em que “E” significa externa e “Extensional” (relaciona-se a uma classe de objetos a que um significado se refere). Já a Língua-I corresponde ao módulo mental, ou seja, a um conjunto de capacidades mentais que possibilita que um falante individualmente seja capaz de produzir e compreender um número infinito de expressões linguísticas no contexto de sua língua ambiente. “I” significa “intensional” (se refere ao que é

interior e característico a um dado linguístico). É justamente a Língua-I que possibilita o falante usar a Língua-E para a produção e compreensão de sentenças.

Então, em *Princípios e Parâmetros*, teoricamente, a língua pode ser representada por meio dos dois tipos de especificação, “intensional” e “extensional”. A primeira se relaciona aos princípios e parâmetros e a segunda diz respeito aos *níveis de representação*, isto é, as *descrições estruturais (DE’s)*.

Sobre a arquitetura da linguagem, o Programa Minimalista (PM) assume que a estrutura sintática é gerada pelo componente sintático, através das operações *Merge* (concatenar) e *Move* (mover), ou seja, essa estrutura gerada é a representação abstrata dos procedimentos envolvidos na formulação e compreensão de sentenças. Após passar pelo *Spell-Out*¹, uma DE (sentença) é transmitida para a Forma Fonológica (Phonological Form – PF) e Forma Lógica (Logical Form – LF), que fazem a interface com os sistemas Sensorio-Motor (Sensory-Motor Interface – S-M) e Conceitual-Intensional (Conceptual-Intentional Interface – CI) para ser produzida e interpretada. As operações ocorridas anteriormente ao *Spell-Out* são sintáticas e se referem aos mecanismos de marcação dos traços sintáticos. Nessa teoria, a Sintaxe Estreita (Narrow Syntax)², é o mesmo que Faculdade da Linguagem Estreita (Faculty of language – narrow sense – FLN) (Cf. CHOMSKY, 1995). Na Sintaxe Estreita, está localizada a *camada flexional*³. No programa gerativista, a computação sintática parte do léxico⁴. Os traços sintáticos atuam nos componentes da Sintaxe Estreita, (PF e LF, respectivamente⁵), após os traços dos *LIs* passarem por agrupamentos em pares na Numeração⁶, no início da derivação, ponto em que eles também são relacionados aos traços

¹ *Spell-Out* é, segundo Chomsky (1995), o momento da derivação em que traços fonológicos são conduzidos para a Forma Fonética, e os traços semânticos para a Forma Lógica.

² Componente das estruturas em que ocorrem unicamente os processos sintáticos.

³ O “ponto” da estrutura sintática em que ocorrem os processos relacionados às flexões dos verbos e nomes.

⁴ “O léxico é um conjunto de elementos lexicais, cada um deles um sistema articulado de traços. O léxico especifica, para cada um destes elementos, as suas propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas idiossincráticas, mas nada mais [...] “Uma língua é formada por duas componentes: o léxico e um sistema computacional. O léxico especifica os itens que participam nas operações do sistema computacional, com as suas propriedades idiossincráticas. O sistema computacional usa estes elementos para gerar derivações e Des. A derivação de uma expressão linguística particular implica assim uma escolha de itens a partir do léxico e uma computação que constrói o par de representações de interface”. (CHOMSKY, 1995,198-245).

⁵ No Programa Minimalista, permanecem somente os dois níveis de representação das interfaces: PF e LF.

⁶ De acordo com o que propõe Chomsky (1995) várias operações compõem o sistema computacional (Select, Merge, Agree/Move). Essas operações atuam sobre a Numeração que consiste em um conjunto de itens lexicais selecionados conforme uma determinada intenção de fala. Singularmente, o sistema computacional atua sobre os traços formais/gramaticais dos itens lexicais, para que um determinado momento da derivação sintática, em que permanecem apenas traços fonológicos, semânticos ou formais suscetíveis de interpretação, seja enviado a cada uma das interfaces – fonética e semântica- a informação necessária aos sistemas de desempenho. Então, a seleção dos itens lexicais e dos seus traços para a Numeração determina a atuação das operações do sistema computacional. (CHOMSKY, 1995).

das categorias funcionais e à quantidade de vezes que aparecerão na derivação. (Cf. Chomsky,1995).

2.1.1 A noção de traços

A noção de traço como unidade mínima possui suas bases em teorias que surgiram há bastante tempo na Linguística, mais especificamente, em ideias apresentadas pelos estudiosos da Escola de Praga, estudos que foram desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX. Porém, a ideia de traço que se tem hoje como sendo os *átomos da linguagem humana*, não foi totalmente definida nessa época.

Sobre a noção de traço surgida como fundamento para estudos fonológicos, é importante mencionar Roman Jakobson que foi um dos principais representantes do Círculo de Praga, sendo também um dos expoentes da teoria linguística do Estruturalismo. Esses estudos iniciais possibilitaram a formação básica para a constituição da noção de *feixe de traços distintivos*, e, segundo Santos (2013, p. 10), essa foi a noção com a qual Bloomfield, “fundador da Linguística Estruturalista Norte-Americana [descreveu] uma variedade de línguas indígenas da América do Norte, [e] definiu o fonema, na década de 1930”. Isso porque para Bloomfield, “cada fonema podia ser analisado puramente como um conjunto de traços retirado das possibilidades de certa língua (...)” (SANTOS, 2013, p.10).

Posteriormente, segundo Santos (2013), essas ideias foram retomadas por Chomsky (1965) e Chomsky e Halle (1968),

para a descrição de um conjunto finito de traços distintivos, aplicável a qualquer fonema. A principal finalidade dessa iniciativa era demonstrar a universalidade dos traços com os quais todos os segmentos fonéticos eram construídos (SANTOS, 2013, p.10).

A noção de traço como unidade mínima (átomo da linguagem), na teoria gerativa, começa a ganhar força e forma nas décadas de 80 e 90 com os trabalhos de Anderson sobre a morfologia flexional e sua relevância para a sintaxe. De acordo com Sândalo (2001), para Anderson (1992) morfemas são um epifenômeno e assim como o fonema a unidade mínima da morfologia seriam os traços, ainda segundo o autor:

... a estrutura da palavra pode ser entendida apenas como um produto de princípios em interação provenientes de muitas partes da gramática: ao menos da fonologia, da sintaxe e da semântica, em adição ao "léxico". Como tal, não é uma teoria que lida com o conteúdo de uma caixa num diagrama de fluxo típico, mas, ao invés, uma

teoria de um domínio substantivo, cujo conteúdo é disperso através da gramática". (ANDERSON, 1992 *apud* SÂNDALO, 2001, p. 197)

As noções de traços fonológicos, e também de traços sintáticos e de traços semânticos, podem ser notadas desde Chomsky (1965) abrangendo o Programa Minimalista (Chomsky 1995, 1998, 1999, 2001). Assim, no Gerativismo, os traços sintáticos e semânticos podem ser considerados de duas formas, os traços não interpretáveis (formais ou sintáticos) e os traços interpretáveis (semânticos). Ambos estão contidos no Léxico e são acessados durante o processamento da linguagem. Esses traços são regidos de acordo com a língua do falante e a realização morfofonológica depende da valorização positiva ou negativa de cada traço. (CHOMSKY, 1995).

A noção de traço é, portanto, indispensável para estudos linguísticos que envolvem sintaxe e semântica em uma abordagem gerativista.

A partir da teorização dos traços, as diversas áreas da linguística adotaram, em seu caráter analítico, essa ideia de segmentação mínima distintiva dos sintagmas, unidades e constituintes. Assim, a noção de traço, passou a abranger outras áreas e modelos teóricos, além de seu modelo teórico de origem, o Estruturalismo.

A partir disso, os estudos gerativistas atuais utilizam “a ideia de *feixe de traços* para explicar mais completamente a constituição de itens lexicais” (SANTOS, 2013, p.09).

É importante ainda acrescentar que os traços formais (ou sintáticos) que entram nas operações sintáticas que envolvem *Agr* (concordância verbal) e os traços *Match* (de checagem, do sujeito pelo verbo), são conhecidos na teoria gerativista, de acordo com Carvalho (1984), por traços- ϕ (referentes à pessoa, ao número, ao gênero). Nesse viés, percebe-se que há uma carga semântica e que esses traços participam também das operações que ocorrem dentro da Sintaxe Estreita. Os traços formais, portanto, possuem, acima de tudo, funções sintáticas bem definidas e, na maioria das vezes, bem perceptíveis na computação da linguagem.

Para indicar os traços semânticos, são utilizados, segundo Carvalho (1984), dois critérios. O primeiro é a *teoria dos traços contrastivos*, que foi introduzida por Chomsky e que se “inspira na teoria dos traços fonológicos binários de Jakobson”, como já mencionado anteriormente. De acordo com Carvalho (1984), esse critério consiste em marcar com os sinais positivo (+) ou negativo (-) a presença ou ausência de determinada propriedade semântica na significação da palavra. Assim, por exemplo, se a palavra for dotada do traço *definitude* apresentará [+ DEFINIDO], caso contrário apresentará [- DEFINIDO]. O segundo critério, conforme Carvalho (1984), foi proposto por Gruber (1976) e consiste em especificar

apenas as categorias semânticas que a palavra possui. Assim, considerando o mesmo exemplo, o traço semântico DEFINIDO fica indicado apenas como DEFINIDO, se a palavra o possuir, se não, usam-se apenas dois asteriscos (**).

2.2 Traços semânticos

Diniz (2007) apresenta os traços semânticos que considera pertinentes para explicar o fenômeno do redobro de clíticos pronominais. Segundo a autora, uma maneira de explicar semanticamente o fenômeno tem sido através do traço **referencialidade** definido por Anagnostopoulou (1999) como uma escala de categorias cuja ordenação depende da facilidade ou não de se localizar o *referente*. Ou seja, “X₂ apresentará maior grau de referencialidade que X₁ se, e somente se, i₂ de X₂ for mais fácil de se encontrar que o referente i₁ de X₁ (...)” (DINIZ, 2007, p.86). Segundo Diniz (2007), Bleam (1999, p. 118), seguindo essa mesma abordagem, “afirma que “referente único” ou “identificabilidade” são propriedades às quais o redobro de clíticos é sensível”. Todavia, Diniz afirma que somente a *referencialidade* não é suficiente para explicar as ocorrências do redobro, uma vez que considerando apenas a *referencialidade* somente os DPs [+REFERENCIAIS] poderiam ser redobrados. E problematiza essa questão da seguinte forma:

No redobro acusativo, por exemplo, o DP não pode ser [-ESPECÍFICO] e/ou [-DEFINIDO], embora um DP que contenha estes traços, pertença à classe dos DPs [+REFERENCIAIS]. Portanto, este é um problema para a proposta de Anagnostopoulou e de Bleam dado que dentro da classe dos elementos que licenciariam o redobro, i.e., dos [+REFERENCIAIS], teríamos também elementos que barram a formação deste tipo de estrutura. (DINIZ, 2007, p.86).

Diante disso, a autora propõe que para explicar o redobro é necessário considerar um feixe de traços, não contando apenas com o traço [+REFERENCIAL]. Esse conjunto de traços seriam formados, em sua totalidade, por mais dois: A *especificidade* [+ ESPECÍFICO] e a *definitude* [+ DEFINIDO]. Sobre a *especificidade* Diniz (2007), em uma tradução do que diz Suñer (1988, p. 178), anuncia que “o sentido que tem o termo ‘especificidade’ neste estudo é que o referente ou referentes de um NP [+ESPECÍFICO] possa identificar-se com um X concreto no contexto linguístico. ” (DINIZ, 2007, p.86). Essa especificidade seria, então, para garantir uma aproximação com o referente como se esta característica servisse para indicar ao que exatamente se está referindo.

A definitude, por sua vez, se relaciona a “propriedade de familiaridade: um DP definido assinala que seu referente é uma entidade familiar no domínio do discurso. A

definitude pode ser marcada lexicalmente em muitas línguas mediante artigos definidos [...]” (DINIZ, 2007, p.87).

2.3 A composição do traço- ϕ pessoa

O traço pessoa é um dos traços conhecidos na literatura linguística por traços- ϕ (cf. CARVALHO 1984). Béjar (2003) ao destacar o traço pessoa dos traços- ϕ denomina-o de traço π . Segundo o autor, π é um traço com conteúdo semântico, sendo um rótulo para a categoria pessoa, Carvalho (2008) apresenta um conjunto de possibilidades para codificar o traço pessoa no PB, que se fazem importantes para a descrição das sentenças com redobro de clíticos:

- a) **[PARTICIPANT]**: este traço caracteriza os participantes do processo discursivo (1ª e 2ª pessoas). A ausência deste traço e, conseqüentemente, dos traços por ele dominados, caracteriza a 3ª pessoa, nos termos de Benveniste, a não-pessoa.
- b) **[SPEAKER]**: a presença do traço [SPEAKER] imediatamente dominado pelo traço [PARTICIPANT] define o pronome como sendo o falante no processo discursivo (1ª pessoa). A possibilidade de se ter uma 1ª pessoa arbitrária, vai se dar da combinação deste nó com o nó D subespecificado para os traços [SPECIFIC] e [DEFINITE]:
- c) **[ADDRESSEE]**: este traço caracteriza o ouvinte no processo discursivo. A possibilidade de se ter uma 2ª pessoa arbitrária segue as mesmas condições apontadas para uma 1ª pessoa arbitrária.
- d) **[D]**: este traço corresponde ao traço [N] e caracteriza nominais. A presença deste traço caracteriza o nominal como sendo um argumento, como defendem alguns autores. Este traço também domina a projeção que compreende traços como [DEFINITE] e [SPECIFIC].
- e) **[SPECIFIC]**: denota um indivíduo particular (ou grupo de indivíduos). Um DP que apresenta o traço [SPECIFIC] é interpretado como “um indivíduo que é conhecido pelo falante”.
- f) **[DEFINITE]**: o traço [DEFINITE] define quando um DP se refere a algo presente no universo discursivo.

Carvalho (2008, p.83)

Partindo dessa representação percebe-se que “a representação dos pronomes em PB de acordo com sua composicionalidade de traços gera o seguinte resultado: π é responsável

sozinho pela diferenciação das primeira, segunda e terceira pessoas ” (CARVALHO, 2008, p.83).

2.4 Tipologia dos pronomes

Para a composição do trabalho, faz-se necessária uma explanação sobre o comportamento sintático dos clíticos pronominais, uma vez que no âmbito teórico gerativista a natureza categorial dos clíticos, por exemplo, é um dos pontos sobre o qual não existe consenso. Isso porque clíticos são sintaticamente caracterizados como: Determinantes; Nomes; ou uma combinação de ambas categorias (RAPOSO, 2000). Por isso, apresentamos nessa subseção uma explanação, em linhas gerais, sobre essa natureza sintática do clítico.

Cardinaletti e Starke (1999), seguindo o modelo de Regência e Ligação de Chomsky (1981), partem da divisão dos pronomes como sendo “fracos” e “fortes”. De forma resumida, a proposta de Cardinaletti e Starke (1999) apresenta uma classe de pronomes dividida em três partes: *clíticos*, *fracos* e *fortes*. Segundo os autores, os pronomes “fracos” e “fortes” são realizações de projeções máximas (XPs) e os “clíticos” são realizações de núcleos (categorias mínimas X^0 s). Ainda segundo os autores, existem diferenças no comportamento sintático entre os pronomes fortes de um lado e os fracos e clíticos de outro: os pronomes fortes podem ser coordenados, já os fracos e os clíticos não são coordenáveis, característica sintática que os agrupa na categoria de pronomes deficientes. A proposta mostra ainda que existe uma assimetria morfológica entre esses tipos de pronomes, sendo os pronomes deficientes reduzidos sistematicamente, projetando menos estruturas sintáticas.

Carvalho (2008, p.59), comentando Cardinaletti e Starke (1999), menciona que pronomes fortes podem ser considerados como projeções nominais “completas”; os pronomes fracos necessitam de camada funcional mais alta e os pronomes clíticos não projetam as camadas funcionais mais altas. Essas projeções podem ser observadas nas figuras 1, 2 e 3:

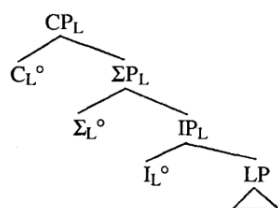


Figura 1: Esquema representativo da projeção com pronomes fortes.
Fonte: (CARDINALETTI; STARKE, 1999, p.86)

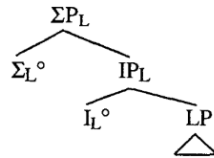


Figura 2: Esquema representativo da projeção com pronomes fracos.
 Fonte: (CARDINALETTI; STARKE, 1999, p.86)

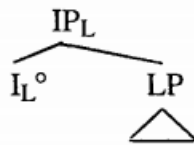


Figura 3: Esquema representativo da projeção com pronomes clíticos.
 Fonte: (CARDINALETTI, A; M. STARKE, 1999, p.87)

Por fim, a proposta tipológica de Cardinaletti e Starke (1999), revela que quanto menos restrições ou projeções um elemento possui, mais “deficiente” ele é. Essa deficiência estrutural, em outras palavras, é a falta de um conjunto de núcleos funcionais,

os quais contêm traços ϕ e traços referenciais (de modo similar às projeções funcionais mais altas associadas ao verbo). A ausência de alguns desses núcleos funcionais seria o gatilho para as assimetrias sintáticas, semânticas e prosódicas (CARVALHO, 2008, p.60).

Atentando para o posicionamento do clítico, é possível perceber que eles apresentam comportamentos visivelmente distintos. Por exemplo,

Em construções com dois ou mais verbos adjacentes, particularmente, os clíticos o(s), a(s) não se posicionam como me, te, se, lhe(s) e nos. Se comparamos o PB com o PE, por exemplo, vemos que nesta última língua as restrições de distribuição se impõem indistintamente a qualquer dos clíticos (SILVEIRA, 1997, p. 93).

Sobre esse posicionamento, observa-se que em PB os clíticos não devem se submeter a um mesmo tipo de movimento. Isso pode ser percebido através de hipóteses como a de Uriagereka (1995). Uriagereka distingue os clíticos de primeira pessoa (chamando-os de clíticos fortes) dos de terceira pessoa (chamando-os de clíticos fracos). Os clíticos, quando “fortes” se moveriam primeiro como sintagmas, depois como núcleo e quando “fracos” se moveriam apenas como núcleo.

Tomando como base restrições de concordância no georgiano, que é língua oficial da Geórgia, e em línguas algonquianas, famílias de línguas indígenas norte-americanas, Béjar (2003) argumenta que a concordância ocorre por meio das relações entre os traços formais (*matche* e *value*, no sentido de CHOMSKY (1998;1999)) (Cf. CARVALHO, 2008, p. 75). Segundo Carvalho (2008), a análise de Béjar se baseia na concepção para traços formais em que φ sistematiza as propriedades nominais que caracteristicamente se encontram no processo de concordância, ou seja, *pessoa*, *número* e *gênero*. No entanto, a conclusão de que essas propriedades não são suficientes para assegurar as exigências sintáticas de uma teoria de concordância baseada apenas em traços, faz com que Béjar assuma, como Harley e Ritter (2002)⁷, “que pronomes obedecem a uma hierarquia interna (uma geometria), que é responsável por sua sistematização” (CARVALHO, 2008, p.75). São centrais na teoria de Béjar (2003) as categorias tradicionais *pessoa* ([PARTICIPANT]) e *número* ([INDIVIDUATION]). Essas relações de concordância estabelecidas pela autora são bastante úteis para a descrição das relações sintáticas, relacionadas aos pronomes, em PB (Cf. CARVALHO, 2008, p.75).

Nessa perspectiva de concordância, pode-se citar Galves (1997) que, para explicar a natureza do clítico no PE e no português clássico, postula que os clíticos são, na verdade, *feixes de traços* pronominais e possuem o papel de elementos de concordância, assim a autora associa o clítico a Agr. Galves (1997) questiona a ideia de clíticos como D, pois alega que se D é a categoria “associada a referência por excelência resulta impossível dar conta de qualquer interpretação referencial atribuída aos clíticos nos casos em que estes aparecem com um antecedente predicativo ou sentencial” (MARCILESE, 2007, p.76). Por isso Galves (1997) considera os clíticos elementos de concordância “que marcam apenas uma posição com alguns traços que permitem recuperar o argumento ou predicado antecedente, independentemente de qualquer interpretação referencial” (MARCILESE, 2007, p.78). Marcilese (2007) afirma que, em um trabalho mais recente de Galves (GALVES *et al.*, 2005), há uma análise constrativa para a colocação dos clíticos (no PE e no PB) com a perspectiva que os clíticos “seriam afixos frasais sujeitos a regras de formação de palavras como qualquer outro afixo. Essa formulação está em consonância com propostas recentes no *framework* da Morfologia Distribuída” (MARCILESE, 2007, p.78).

⁷ Harley e Ritter (2002) defendem uma geometria de traços morfossintáticos para o sistema pronominal nas línguas. As autoras assumem que esta geometria é o resultado da gramaticalização de certas categorias cognitivas (tais como referência e pluralidade) e é motivada por um extenso conjunto de línguas geneticamente distintas (CARVALHO, 2008, p.70).

Outros autores, porém, partem da ideia dos clíticos como Ds. Segundo Marcilese (2007) a noção de pronomes como Ds, foi originalmente postulada por Postal (1966), que apresentou “a ideia de que os pronomes são artigos subjacentes, mais especificamente, artigos definidos. Logo, os pronomes são artigos derivados a partir de um N subjacente que contém um traço +Pro (nome)” (MARCILESE, 2007, p.66). Assim, considerando a semelhança entre os clíticos acusativos de terceira pessoa com os artigos definidos, autores como Rizzi (1993), Belletti (1995) e Uriagereka (1995), retomaram essa ideia associando esse tipo de clítico a um D.

Elaborando uma tabela com clíticos e determinantes, isso pode ser, à primeira vista, observado no PB:

Quadro 1: Clíticos e determinantes

Clítico	Determinante
O	O
A	A
Os	Os
As	As

Fonte: Baseado em Silveira (1997, p.45)

Marcilese (2007) apresenta que Uriagereka (1995) considera os clíticos pronominais como unidades morfofonológicas com propriedades que o diferenciam tanto dos afixos quanto das palavras de conteúdo. Segundo Marcilese (2007) na proposta de Uriagereka (1995) há um destaque para as semelhanças de natureza sintático/semântica entre os clíticos acusativos de 3ª pessoa e os Ds. Assim, ambos os elementos

seriam elementos referenciais e específicos, duas características que, segundo Uriagereka, desempenham um papel decisivo na colocação dos clíticos. Os clíticos atuam como uma “âncora” para a nova informação, isto é, remeteriam a algo já familiar no discurso (MARCILESE, 2007, p.66).

Marcilese (2007) continua que para Uriagereka existem duas abordagens para o tratamento dos clíticos, primeiro na perspectiva morfofonológica, “em que o clítico se move para satisfazer algum tipo de requerimento na formação das frases prosódicas ou morfológicas (...)” (MARCILESE, 2007, p.67). Segundo, a perspectiva sintática “que também assume que os clíticos têm de se mover para uma posição mais alta, mas que não fornece uma motivação para esse movimento” (MARCILESE, 2007, p.67).

Raposo (1998) desenvolve, sob uma perspectiva minimalista, uma análise do sistema pronominal do português também com a concepção de clíticos como D, considerando as formas nominativas e dativas. Segundo Marcilese (2007) para o autor, a forma

o é um autêntico D (uma projeção + mínima; - máxima), enquanto que os pronomes nominativos e dativos são analisados como projeções [+mínimas; +máximas] que incorporam um traço nominal na sua matriz de traços gramaticais. (MARCILESE, 2007, p.71).

Porém, essa ideia de que clíticos sejam determinantes esbarra em algumas diferenças entre eles. A primeira está nos traços casuais: enquanto os determinantes não possuem a variação de Caso, os clíticos, por sua vez, apresentam formas diferentes para certos casos. O

PB é uma língua em que os clíticos podem ser acusativos ou dativos. Exemplificando: Clíticos como *me*, *te*, *se*, *lhe(s)*⁸ e *nos* detém uma ambiguidade quanto ao Caso, pois podem ter a função de objeto direto (acusativo), ou de objeto indireto (dativo). Já os clíticos *o (s)*, *a (s)*, *lo (s)* e *la (s)* são puramente acusativos. (Cf. SILVEIRA, 1997, p.92).

Outra diferença: ao contrário dos determinantes, os clíticos possuem traços de pessoa, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 2: As pessoas dos clíticos pronominais

1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
me, mim, nos	te, vos	o, a, lhe, se, si

Fonte: Baseado em Silveira (1997, p.92)

Em relação aos clíticos acusativos *o (s)*, *a (s)*, *lo (s)* e *la (s)*, se faz necessário mencionar ainda o fato da perda desses clíticos acusativos de terceira pessoa na “gramática nuclear” do português brasileiro. Isso porque nessa língua, os clíticos acusativos de terceira pessoa possuem diferenças em relação aos demais em vários aspectos. O mais evidente é que ao contrário, por exemplo, dos clíticos pronominais ***me*** e ***te***, que são adquiridos pelo falante no processo canônico de aquisição, os clíticos acusativos de terceira pessoa, por sua vez, são adquiridos bem tardiamente no processo de escolarização, ou não são adquiridos (Cf. NUNES, 2015, p.62). Nunes (2015) em hipótese levantada em um trabalho de 1993, afirma que o desaparecimento desses tipos de clítico em PB se deve também a uma mudança fonológica que afetou os clíticos de maneira geral, ocorrida no PB. Comparando o PE com o PB, o autor menciona que na primeira variedade os clíticos são fonologicamente enclíticos enquanto na segunda são fonologicamente proclíticos.

2.5 Caso e concordância

As línguas naturais possuem uma categoria conhecida como *Caso*. Na língua portuguesa, não há morfemas específicos para marcar o Caso, logo essa categoria se manifesta através das posições ocupadas pelos constituintes e a marcação casual se dá abstratamente. Em outras línguas como, por exemplo, o latim, o *Caso* era marcado pela morfologia.

⁸Silveira (1997) considera ditos populares para afirmar que o clítico *lhe*, possui ambiguidade quanto ao Caso.

Mioto (2009) explica como funciona o *Caso* de forma bastante didática: segundo o autor, as línguas têm de expressar a função sintática dos sintagmas. O exemplo 1 ilustra o funcionamento da marcação morfológica de *Caso*:

(1) *Puella puerum amat.*

Menina_{nom} menino_{acc} ama

‘A menina ama o menino’ (MIOTO, 2009, p.95).

No Latim, o *Caso* nominativo (nom) é expresso pelo morfema zero /0/ - *Puella-0* (quem *ama*), e o *Caso* acusativo (acc) é expresso pelo morfema /-m/ - *puerru-m*, (o *que é amado*) (Cf. MIOTO, 2009, p.95). É possível observar na tradução da sentença latina em (1) que o Português

reserva a posição pré-verbal para o papel do que ama e a posição pós-verbal para o do que é amado. Isto é, o que o latim faz com a morfologia [...], o português faz com o posicionamento dos sintagmas (MIOTO, 2009, p.95).

Ou seja, “O caso abstrato se manifesta no português pela posição dos DPs: [DP_{nom}V DP_{acc}]⁹. Esta ordem pode ser alterada somente se alguma coisa a mais aparece” (MIOTO, 2009, p.95). De forma generalizada, “caso é uma categoria gramatical que serve para indicar o papel θ do DP” (MIOTO, 2009, p.95).

Mioto (2009) continua que para estudar e/ou utilizar a teoria do *Caso* em uma pesquisa linguística é necessário conhecer os **casos** (nominativo (nom), acusativo (acc) e oblíquo (obl); os **atribuidores** (os núcleos lexicais [-N], ou seja, o *verbo* que atribui caso acusativo para seu complemento, e a preposição que atribui caso oblíquo para seu complemento; e o núcleo funcional I, que atribui caso nominativo para seu especificador); os **receptores**: (DPs); o **princípio** (Filtro do Caso: Todo DP pronunciado precisa ter caso); e o **nível em que se aplica o Filtro do Caso** (SS¹⁰) (Cf. MIOTO, 2009, p.96-97).

⁹ Seguindo a ordem, DP nominativo- Verbo-DP acusativo.

¹⁰Seguindo a teoria de Regência e Ligação de Chomsky (1981), para a estrutura profunda (*deep structure* (DS) ser pronunciada é preciso prepará-la, convertendo-a em outra representação que coloca as palavras na ordem em que vão ser pronunciadas. Esta nova representação se chama estrutura superficial (*surface structure* (SS)). (MIOTO, 2009, p.87). Em PM, o modelo de representação em dois níveis, Estrutura-D e Estrutura-S, é substituído por outra arquitetura: o modelo contém aquilo que é conceitualmente necessário [...] o Spell-Out que é o ponto da computação em que a estrutura é formada até a entrada no componente fonológico. (CHOMSKY, 1999, p.24-27).

Chomsky (1999) defende que o núcleo que hospeda T é o *locus* do Caso nominativo, para o acusativo, o autor considera duas possibilidades: v^* e V. Carvalho (2008), seguindo Chomsky (1999) formula que:

Se o traço D de T está presente, assumindo-se que ele é opcional na GU, T projeta uma posição de especificador para a qual o “nominativo” pode se mover. T é selecionado por C e V é selecionado por v^* , e, uma vez que ambos C e v^* têm um conjunto completo de traços ϕ , ambas as sondas devem ter também um conjunto completo de traços ϕ (T comp, V comp) e, assim, entrar numa relação de concordância e de Caso com o “nominativo” e o “acusativo”, respectivamente (sendo o mecanismo de sondagem condicionado por c-comando mínimo) (CARVALHO, 2008, p.23-24).

Como é possível observar na representação arborea abaixo retirada de Carvalho (2008):

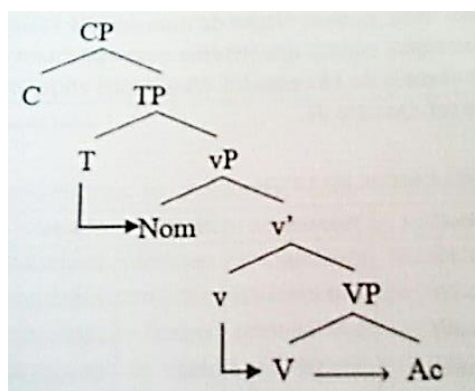


Figura 4¹¹: Esquema representativo do *locus* do Caso.
Fonte: (CARVALHO, 2008, p.23)

“Caso não é interpretável, da mesma forma que o são os traços ϕ da sonda, enquanto os traços ϕ dos argumentos (alvos) são interpretáveis” (CARVALHO, 2008, p.24). Como é possível observar na figura a “correspondência de traços da sonda e do alvo induzem *Agree*, eliminando-se os traços não interpretáveis que os ativam”. (CHOMSKY, 1999:4) (CARVALHO, 2008, p.24). Carvalho (2008, p.24) ainda destaca que de acordo com Chomsky (1999), “a correspondência bem-sucedida dos traços de Caso e ϕ é um pré-requisito para a convergência da estrutura sintática”.

2.6 A predicação verbal

¹¹ CP (Complementizer Phrase- Grupo Complementizador); C (Complementizer- Complementizador); V (Verbo-Verbo); v ou v^* (Light Verb- Verbo Leve); Vp ou v^*P (Light Verb Phrase – Grupo de Verbo Leve); VP (Verb Phrase-Grupo Verbal); T (Tense-Tempo); Ac(Accusative-Acusativo).

O redobro de clíticos pronominais pode ser investigado a partir da predicação verbal, isto é, considerando restrições sintáticas e semânticas relacionadas aos predicados. Isso porque os clíticos, por serem pronomes, obviamente possuem propriedades atribuídas também pelo predicado no qual se encontram. Dessa forma, é importante apresentar conceituações sobre a predicação verbal.

Duarte e Brito (2003) afirmam que em todas as frases, existe, de um modo ou de outro, relações de predicação. Segundo as autoras, predicar é

atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades. Assim, tanto predicamos quando atribuímos a propriedade de “ser inteligente” a um indivíduo de nome João [...] como quando dizemos *O João escreveu um artigo*, caso em que estabelecemos uma relação entre “escrever” e “um artigo” através de “escrever” (DUARTE; BRITO, 2003, p. 182).

Isso significa que a predicação não envolve apenas a relação entre o que “tradicionalmente se designa como sujeito e predicado de uma frase ou oração, mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como um verbo, e seus argumentos” (DUARTE; BRITO, 2003, p. 182). Dessa forma, as autoras afirmam que nessa visão a palavra predicado é “ambígua”, pois, pode ser utilizada para se referir ao predicado sintático, ou seja, algo que só existe em função de um sujeito (em frases do tipo “ o menino atirou a bola, as autoras afirmam que o predicado é a função sintática desempenhada pela combinação das palavras sublinhadas).

Além da referência sintática, as autoras afirmam que o predicado também é utilizado para fazer referência a noção semântica de **predicado**, **predicador** ou **palavra predicativa**, abrangendo “toda palavra que tenha argumentos, lugares vazios ou valência própria” (DUARTE; BRITO, 2003, p. 183).

A seguir as autoras afirmam que nas línguas naturais os verbos são as palavras argumentais por excelência, apesar de haver outras que possuem igual estrutura argumental ou grelha temática¹². Como nosso foco são os verbos, apresentaremos a seguir a tipologia aspectual dos verbos arrolada por Duarte e Brito (2003):

- Verbos **estativos** (descrevem estados): isto é, situações *não-dinâmicas*, exemplos, são sentenças como:

(2) O João **está** deitado (DUARTE; BRITO, 2003, p. 191).

¹² Nomes como *destruição*; adjetivos como *fiel*, preposição como *para* e até mesmo certos advérbios como *longe*. (Cf. DUARTE e BRITO, 2003, p. 183).

(3) O museu do Ar **fica** em Alverca (DUARTE; BRITO,2003, p. 191).

Nessas sentenças, as autoras observam que as entidades envolvidas, (*O João, O museu do Ar, Alverca*), não sofrem nenhuma alteração ou transição durante o intervalo de tempo em que tais situações ocorrem.

As autoras pontuam algumas subclasses dos verbos **estativos**:

Verbos existenciais como *haver, existir, ser* (no sentido existencial).

Verbos locativos “de dois lugares com um argumento Tema e um argumento Locativo [...] incluindo-se entre eles verbos de posse, cujo argumento que designa o possuidor pode ser encarado como um Locativo em sentido abstracto. ” (DUARTE; BRITO,2003, p. 194):

(4) [O João]_{Tema} mora [em Lisboa]_{Locativo} (DUARTE; BRITO,2003, p. 194).

Outros estativos são **verbos epistêmicos** como *saber*, **verbos perceptivos** como *ver* e **verbos psicológicos não causativos** como *gostar*. Duarte e Brito afirmam que se trata de predicados binários, que selecionam um argumento *Experienciador* e um argumento *Tema*, como no exemplo com verbo epistêmico:

(5) [O João]_{Experienciador} sabe [mandarim]_{Tema} (DUARTE; BRITO,2003, p. 194).

E **verbos copulativos** (os de ligação segundo a gramática tradicional):

(6) [A Maria] é bonita (DUARTE; BRITO,2003, p. 195).

- Verbos **não- estativos**: exprimem situações dinâmicas:

(7) A Ana **escreveu** um romance (DUARTE; BRITO,2003, p. 191).

Duarte e Brito (2003) pontuam que as *situações dinâmicas* podem ser *télicas* ou *atélicas*, “por terem ou não duração e por terem ou não estado resultante” (p.192). As situações dinâmicas *atélicas*, chama-se *processos*¹³. Já as situações dinâmicas *télicas*

¹³ Processos são estados de coisas com uma duração apresentada sem delimitação, pelo que apresentam expressões adverbiais de realização, pelo que admitem expressões adverbiais durativas como as iniciadas por

denominam-se *processos culminativos*¹⁴ (aquelas que têm uma duração razoavelmente longa), e de *culminações*¹⁵ e *pontos*¹⁶ (duração breve ou nenhuma duração).

Neves (2000), em sua *Gramática de Usos do Português*, também faz reflexões sobre a predicação verbal. Segundo ela, a predicação verbal se constitui de certo número de termos ligados a um predicado. E esses mesmos termos designam as entidades e os predicados designam as propriedades ou relações, [...] a construção de uma oração requer [...] um predicado, representado basicamente pela categoria verbo, ou ainda, pela categoria adjetivo (construído com um verbo de ligação) ” (NEVES, 2000, p.25). A autora ainda afirma que os predicados possuem propriedades sintáticas e semânticas, como a forma lexical, o número e a função semântica dos termos, além das **seleções de restrição** a estes impostas.

Neves (2000) também sinaliza, assim como Duarte e Brito (2003), que a classificação dos predicados está ligada intrinsecamente a natureza do verbo, uma vez que os verbos, de forma geral, constituem os predicados das orações. Os predicados, então, possuem o papel de designar as propriedades ou as relações que estão na base das predicções, formadas quando os predicados se desenvolvem junto com seus argumentos (o que a autora chama de participantes da relação predicativa) e também com os outros elementos do enunciado.

Neves (2000), com base nas seleções de restrições e na natureza predicativa dos verbos, apresenta uma subclassificação semântica dos predicados, dividindo-a em três tipos, pertencentes em duas classes principais: Nos **dinâmicos** encontram-se os do tipo *ações e atividades* e do tipo *processos* e o outro tipo são os que Neves denomina de **não-dinâmicos**, como percebe-se a seguir:

Nos predicados do tipo **ações e atividades** (que dizem respeito ao que alguém faz ou ao que algo provoca), os verbos exprimem uma ação ou atividade. Assim, “Esses verbos são acompanhados por um participante agente ou causativo, podendo haver, ou não, outro participante (afetado ou não), isto é, podendo haver ou não um processo envolvido ” (NEVES, 2000, p.26).

durante (A Maria guiou o jipe do Pedro *durante dois dias*), mas não expressões adverbiais de realização como as iniciadas por *em* (* A Maria guiou o jipe do Pedro *em dois dias*). (DUARTE e BRITO, 2003, p. 192).

¹⁴ São tipicamente verbos binários/ternários, de tipo causativo ou agentivo, geralmente em tempo passado que contribua para leitura de perfectividade, e em que o argumento interno, com relação de Tema ou outra, exprima a entidade criada ou afetada pelo processo. (A tempestade *destruiu* a colheita). (DUARTE e BRITO, 2003, p. 196).

¹⁵ Predicados binários de movimento, de aparecimento e desaparecimento em cena, mudança de estado: *chegar, sair, nascer*, dentre outros. Ou seja, verbos inacusativos, em que o argumento selecionado pelo sujeito é, geralmente, Tema. (O Pedro *chegou* tarde ao emprego.) (DUARTE e BRITO, 2003, p. 196).

¹⁶ Verbos unários com um argumento Tema ou Experienciador selecionado para sujeito. ([A Maria]_{Experienciador} espirrou.)

- (8) O homem cumprimentou o dono do bar, sorriu, bebeu lá o seu copo (NEVES, 2000, p.26).

Nos predicados do tipo **processos** (o que acontece). “Os verbos envolvem uma relação entre um nome e um estado, e o nome é paciente do verbo afetado ” (NEVES, 2000, p. 26).

- (9) O Alferes não morreu, nem mesmo adoeceu (NEVES, 2000, p.26).

Já nos **não-dinâmicos** (estados) “os verbos são acompanhados por um sintagma nominal (sujeito) que é suporte do estado ” (NEVES, 2000, p.26).

- (10) Gumercindo permaneceu parado (NEVES, 2000, p.26).

Após apresentar essa classificação, Neves (2000) afirma que as predicções podem integrar outros componentes que vão além do dinamismo, que são o aspecto e o componente pragmático controle. Com isso a autora ressalta que essa classificação se refere as predicções (“a codificação linguística do estado das coisas”) e não somente aos predicados. Os parâmetros apresentados para essa tipologia semântica dos “estados das coisas” são o dinamismo e o controle. Dentro das predicções dinâmicas é importante o parâmetro perfectividade ou acabamento (telicidade). Assim, com base nesses parâmetros a autora afirma que as predicções podem ser classificadas em:

a) Dinâmicas

- Com controle (são as ações), que podem ser:
Télicas (acabadas):

- (11) Ramiro **esfregou os braços** (NEVES, 2000, p. 27).

Não-télicas:

- (12) Ramiro fitava a **porta trêmulo** (NEVES, 2000, p. 27).

- Sem controle. (São os processos), que podem ser:
Télicos (acabados):

- (13) Você **perdeu o show** (NEVES, 2000, p. 27).

Não-télicos:

- (14) **Ia-lhe** pelo corpo todo uma trêmula sensação de febre (NEVES, 2000, p. 27).

b) Não-dinâmicos

- Com controle:

- (15) Outro dia você **estava** comigo quando o carro parou na esquina (NEVES, 2000, p. 27).

- Sem controle:

- (16) Maneco Manivela **conserva-se** naquela mesma tensão (NEVES, 2000, p. 28).

Considerando a transitividade verbal Neves (2000) apresenta mais quatro classificações para os predicados verbais, com a especificação do papel dos complementos verbais. Nesse aspecto, a autora afirma que está implicada a valência verbal, ou seja, a capacidade de os verbos “abrirem casas de preenchimento” por termos (no caso, sujeito e predicado), formando a estrutura argumental. Seguindo a transitividade a autora apresenta quatro classes principais de verbos, que definem os tipos de predicados:

- **Verbos cujo objeto sofre mudança no seu estado**

São verbos que possuem um objeto paciente da mudança, e um sujeito agente ou causativo. A ocorrência é de um objeto não preposicionado, ou seja, um objeto direto. Conforme as mudanças observadas nesse objeto paciente, Neves apresenta ainda uma subclassificação desse tipo de verbo:

Criação do objeto: o objeto passa a existir:

- (17) Minha mãe **fez-me um bolo** (NEVES, 2000, p.28).

Destruição do objeto: o objeto deixa de existir:

- (18) Campos Sales **dissolveu a comissão nomeada** (NEVES, 2000, p.28).

Alteração física do objeto:

- (19) Tobias pôs-se a **quebrar copos e garrafas** (NEVES, 2000, p.28).

Mudança na localização do objeto:

- (20) Leonor **mudou uma caixa** da mesa de cabeceira para a prateleira (NEVES, 2000, p.28).

Mudança provocada por um instrumento que está implicado no próprio verbo:

- (21) O serrador pôs-se a **serrar a madeira** (NEVES, 2000, p.29).

Mudança superficial do objeto:

- (22) Talvez aquela chuva **lavasse a estátua** (NEVES, 2000, p.29).

Mudança interna no objeto:

- (23) A pretexto de **aquecer o café**, fiquei de costas (NEVES, 2000, p.29).

- **Verbos cujo objeto não sofre mudança física, isto é, não é um paciente afetado**

Com complemento não-preposicionado (objeto direto):

- (24) Os amigos **te flagrarão** rindo sozinho (NEVES, 2000, p.29).

Com complementos preposicionados:

- (25) Você **vem de Barretos?** - De lugar (NEVES, 2000, p.30).
 (26) Sua mãe **gritou com ela**- De direção (NEVES, 2000, p.30).
 (27) **Pensou no pai** senador – Atividade mental (NEVES, 2000, p.30)
 (28) Mais tarde Terto **conversou com Bentinho** – Associativo (NEVES, 2000, p.30).

- **Verbos que possuem um complemento não-preposicionado (objeto direto) e um complemento preposicionado**

De acordo com o complemento preposicionado, os predicados podem ser de vários tipos:

- (29) A irmã colocou **o roupão no cabide** - De lugar (NEVES, 2000, p.30)
- (30) **Deu ao genro um engenho** bem estruturado- Beneficiário (NEVES, 2000, p.30).
- (31) Você encheu **a bexiga de sangue?** –Instrumental (NEVES, 2000, p.31)

- **Verbos que tem complementos oracionais.**

Neves (2000) afirma que nesse grupo estão os verbos de modalidade, de cognição, de manipulação e de elocução. E que junto com essa classificação está outra classificação que se refere a uma relação de pressuposição ou implicação entre a oração completa (seja objetiva ou subjetiva) e a principal, separando como subgrupos dois tipos principais de verbos, os **factivos** e os **implicativos**. Seguindo essas observações a autora adota a seguinte classificação para os verbos com complementos oracionais:

Verbos de modalidade: “bem como de manipulação (e alguns de elocução) estão nos subgrupos dos implicativos, uma classe muito ampla” (NEVES, 2000, p.31)

Verbos de cognição: (e alguns de elocução) estão entre os factivos.

E dentro da classe de verbos em que existe uma relação de pressuposição ou de implicação entre a oração completiva e a principal, estão:

Verbos Factivos:

Em que os predicados possuem a propriedade de implicar, por parte do falante, a pressuposição de que a proposição completiva é factual [o que é expresso é de fato verdadeiro]. Neves (2000, p.32) afirma que a característica dos factivos é a de ter participantes de “um estatuto oracional que, para o falante, não indicam um simples evento, mas um fato, que permanece afirmado quer o verbo da oração seja afirmado quer seja negado”. Esses predicados factivos, segundo a autora, podem ser:

- Epistêmicos, verbos como SABER, COMPREENDER, DESCOBRIR, IGNORAR, LEMBRAR-SE, PERCEBER, NOTAR, OBSERVAR, APRERCEBER-SE, RECORDAR-SE, dentre outros.
- De atitude sentimental, verbos como ADMIRAR-SE, LAMENTAR, DEPLORAR, MARAVILHAR-SE, ARREPENDER-SE, MAGOAR-SE, RESSENTIR-SE.
- Declarativo (de elocução), verbos como GABAR-SE, DESCULPAR-SE.
- Avaliativo, verbos como REVELAR, ESTRANHAR, IMPORTAR.

Verbos implicativos

Nessa classe “está envolvida a noção de condição necessária e suficiente, que apenas determina se o estado de coisas descritos na oração completiva ocorre ou não” (NEVES, 2000, p.35). Os predicados implicativos podem ser:

- Afirmativos, são verbos como CONSEGUIR; CHEGAR A; LEMBRAR (-SE) DE; PREOCUPAR, PREOCUPAR-SE COM; INQUIETAR-SE COM; TER A DESGRAÇA DE; APROVEITAR A OCASIÃO DE; DAR-SE O TRABALHO DE; OCORRER; ADVIR; dentre outros.
- Negativos, podem ser expressos pelos mesmos predicados afirmativos, construídos com a negação (NÃO CONSEGUIR, dentre outros).

Depois de apresentar essas classificações de verbos que constituem predicados, Neves (2000) apresenta também verbos que NÃO constituem predicados. Logo, segundo ela, “ são operadores gramaticais, e não predicados”, são verbos:

Modalizadores:

Segundo Neves (2000) “há verbos que se constroem com outros para modalizar os enunciados, especialmente para indicar a modalidade *epistêmica* (ligada ao conhecimento) e *deôntica* (ligada ao dever) ” (p.62). Esses verbos indicam, principalmente:

- a) Necessidade epistêmica:

- (32) E você **deveria** ser uma espécie de teólogo ou guru da nova doutrina (NEVES, 2000, p.62).

b) Possibilidade epistêmica:

(33) Carlos **deve** ter vindo (NEVES, 2000, p.62).

c) Necessidade deôntica (obrigatoriedade):

(34) E era ajuste que não podia demorar muito (NEVES, 2000, p.62).

d) Possibilidade deôntica (permissão)

(35) Se é livre, **pode** fazer o que quiser (NEVES, 2000, p.62).

Aspectuais:

Nesse caso, segundo Neves (2000) formam-se perífrases, ou locuções, que indicam:

a) Início do evento (aspecto inceptivo):

(36) Um dos soldados **começou por indagar** (NEVES, 2000, p.63).

b) Desenvolvimento do evento (aspecto cursivo):

(37) Ricardo **estava falando** com João Camilo (NEVES, 2000, p.63).

c) Término do evento (aspecto terminativo):

(38) **Parou** Domício **de falar** (NEVES, 2000, p.63).

d) Resultado de evento (aspecto resultativo):

(39) O Supremo falou, **está falado** (NEVES, 2000, p.64).

e) Repetição de evento

Pode exprimir várias ideias (com frequência, sem frequência, consecução, intensificação, aquisição de estado). Segue um exemplo que exprime ideia de aquisição de estado:

- (40) Bem queria que Aparício nunca **viesse a saber** deste desespero da nossa mãe (NEVES, 2000, p.64).

Verbos auxiliares de tempo:

Neves (2000) afirma que verbos como **ter** e **haver**, construídos com particípio, formam tempos compostos de passado, como nos exemplos a seguir:

- (41) A empresa **havia decidido** retirar esse ponto do acordo (NEVES, 2000, p.65)
 (42) Não acredito que o presidente **tenha feito** ameaça (NEVES, 2000, p.65).

Sobre o verbo **ir**, a autora afirma que a construção desse verbo com infinitivo de outro verbo indica futuridade:

- (43) **Vamos arranjar** uma tábua para sentar (NEVES, 2000, p.65).

E que com verbo **ir** no passado, a indicação é de futuridade dentro do passado:

- (44) Em seguida, deteve-se, como se ainda **fosse voltar** (NEVES, 2000, p.65).

Verbos auxiliares de voz:

Neves (2000) afirma que “a locução verbal da voz passiva é formada com o verbo **ser** e o particípio do outro verbo” (p.65):

- (45) O pagamento **será feito** antecipadamente (NEVES, 2000, p.65).

Afirma ainda que “é possível a formação de uma voz passiva que indique estado, unindo-se o auxiliar **estar**” (NEVES, 2000, p.65).

- (46) O Pacaembu **está interditado** (NEVES, 2000, p.65).

E que a voz passiva pode ser indicada com o pronome se diretamente ligado ao verbo transitivo.

- (47) **Dá-se** manteiga e leite, alguma carne, roupas necessárias e pronto. (NEVES, 2000, p.65).

Meira (2013), por sua vez, destaca alguns tipos de predicados que se assemelham com essas classificações já apresentadas, com base em Duarte e Brito (2003) e Neves (2000). A autora analisa em seu trabalho os tipos de referencialidade das sentenças (referência disjunta, referência livre e obviação em sentenças no português, italiano e grego) e apresenta alguns tipos de predicados pertinentes para seu estudo. Dentre as explicações feitas pela autora sobre as predicações, destacamos as seguintes:

Os predicados **deônticos** (os que indicam ação, não permitem leitura epistêmica).

Predicados **epistêmicos** (indicam proposição).

Predicados **causativos** (que indicam evento, não permitem leitura epistêmica).

Esses dois tipos (deônticos/epistêmicos) advêm da categoria da modalidade que, segundo Meira (2013), é classificada nas línguas em dois tipos: Epistêmica e a Deôntica, isso tomando como base os estudos de Lyons (1977) e Palmer (1986). A autora acrescenta que “em Palmer (2001), há uma reinterpretação da proposta apresentada em Palmer (1986). Em 2001, Palmer redistribui as modalidades em deôntica e dinâmica, por um lado, e epistêmica e evidencial, por outro (MEIRA, 2013, p. 67). Essa modalidade epistêmica “pode ser definida como a categoria que descreve a opinião do falante diante de um índice proposicional, de uma situação [...]” (MEIRA, 2013, p. 67). Já a modalidade deôntica expressa obrigação e permissão, necessidade ou possibilidade de ações realizadas por um determinado agente [...]” (MEIRA, 2013, p. 67).

Com isso Meira (2013) foca em predicados que levam a uma “construção Causativa”, que expressam obrigação/ordem/desejo, dentro de uma leitura deôntica, e os “predicados evidenciais”. Assim são apresentadas as seguintes definições:

Predicados causativos e volitivos que expressam, respectivamente dois subtipos de modalidade deôntica:

- (i) a noção de obrigação, permissão, interpretada pelos predicados causativos, como mandar, fazer, deixar também chamada deôntica e (ii) a que expressa noção de volição e habilidade, também conhecida como modalidade dinâmica. Causativos e volitivos estão inseridos dentro da chamada Modalidade Raiz (Root Modality), que

denota os sentidos de obrigação, permissão ou habilidade (cf. Sweetser, 1990; Frawley, 1992; Pietrandrea, 2005) (MEIRA, 2013, p.68).

Meira (2013) acrescenta que outra evidência de que os *volitivos* se relacionam semanticamente com a modalidade deôntica é que eles se relacionam mais com uma ação possível de que com a verdade de uma proposição. E ainda que **Predicados causativos e volitivos** possibilitam “também leitura eventiva e são de caráter não-epistêmico” (MEIRA, 2013, p.68).

Os predicados perceptivos, Meira afirma que são classificados como evidenciais, o que segundo ela é

Tratado por uns autores como um subtipo de modalidade epistêmica (cf. Pietrandrea, 2005). Porém, outros autores compartilham a ideia de que Evidencialidade é um tipo de modalidade diferente da Epistêmica, sendo denominada modalidade Evidencial (cf. Higginbotham, 1983, Palmer, 2001, Willett, 1988) (MEIRA, 2013, p. 68).

Assumindo este último pressuposto a autora liga perceptivos físicos à modalidade evidencial e os mentais aos epistêmicos. Logo os **predicados perceptivos** expressam, dois tipos de interpretações, dependendo do contexto de ocorrência: “uma leitura de percepção física/sensorial e uma interpretação de percepção mental. Esta última expressa uma leitura de modalidade epistêmica e aquela, leitura não-epistêmica (Cf. Felser, 1999) ” (MEIRA, 2013, p.68).

Por fim, apresentamos uma tabela com a estrutura sintática dos tipos de predicados propostos por Meira (2013:

Quadro 3: Propriedades semânticas e seleção categorial dos predicados

Predicados que indicam:	Estrutura sintática do complemento
Ação	VP
Evento	IP
Proposição	CP

Fonte: Meira (2013, p.121)

Esses tipos de predicados apresentados são em nível semântico. Em nível sintático consideramos para compor a análise os tipos de predicados sintáticos de que trata Andrade (2010):

Predicado Simples: formado por apenas um elemento predicator. E **Predicado Complexo:** um predicado formado por mais de um elemento predicator na sintaxe.

Exemplos desses tipos de predicados sintáticos aparecem a seguir, com sentenças em contextos de redobro:

- (48) Eu *lhe* falei *para você*. [Fala espontânea] (Português Brasileiro) - Predicado Simples.
- (49) Sabia que *me* queria elle matar *a mim*, por mexericos que homens (F. Mendes Pinto, séc XVI; p.59) (Português Clássico) - Predicado Complexo. (GIBRAIL, 2004, p.105)

2.7 Os clíticos em contextos de redobro

As diferentes explicações teóricas sobre o estatuto dos pronomes clíticos, resultam na formulação do questionamento sobre o que são realmente os clíticos.

Como vimos, para Cardinaletti e Starke (1994), os pronomes são divididos entre clíticos, fracos e fortes e que os componentes “fracos” e “fortes” preenchem as posições de XP e os “clíticos” preenchem X₀. Sendo os pronomes clíticos e fracos possuidores de uma deficiência sintática no que se relaciona a distribuição, pois não são coordenáveis, ao contrário dos pronomes “fortes”.

Para Galves (1997), os clíticos aparecem relacionados a um papel de elementos de concordância. Em trabalho mais recente (GALVES et al., 2005), a autora afirma que os clíticos por não possuírem autonomia sintática, estão subordinados à formação de palavras como os afixos, sendo, portanto, uma realização morfológica de traços funcionais. Com essa proposta também é possível estabelecer uma relação entre os clíticos e os morfemas de concordância. Essa autora destaca como semelhança entre os clíticos e os morfemas flexionais o fato de ambos serem fonologicamente dependentes dos verbos envolvidos no contexto linguístico e que não podem ocorrer sozinhos. Os clíticos ainda não podem formar uma oração coordenada e são obrigatoriamente adjungidos ao verbo, não podendo haver entre o clítico e o verbo nenhum outro elemento.

No que se refere aos clíticos envolvidos em situações de redobro, Diniz (2007) observa que existem algumas semelhanças com os clíticos em geral como a característica de serem “fonologicamente dependentes de um hospedeiro e nada pode intervir entre eles, exceto outros clíticos; não podem ser modificados nem coordenados; não aceitam acento contrastivo” (DINIZ, 2007, p. 100). No entanto, diferentemente dos clíticos em geral, a autora argumenta que, os pronomes clíticos em construções de redobro, não seriam argumentos verbais, assim como assumem Jaeggli (1986), Suñer (1988, p. 179). Ainda segundo Diniz (2007), a valoração do traço de Caso ocorre entre o verbo e o D/NP_{OBJETO} que ocupa a posição de argumento interno excluindo a possibilidade de o clítico também ser um argumento do verbo.

Considerando que os clíticos não são argumentos verbais nas construções de redobro no PB, nem participam das operações de valorização de Caso, Diniz (2007), afirma que os clíticos não participariam da Sintaxe Estreita. Mas que são inseridos diretamente nos verbos por meio de uma operação sintática após o Spell-Out, o que de certa forma comprovaria sua natureza afixal. Logo, propõe que os clíticos em contextos de redobro podem ser interpretados como sendo o reflexo da cópia de traços-phi (pessoa, número e gênero) do D/NP no núcleo verbal, uma vez que em uma sentença com redobro, o clítico apresenta os mesmos traços que o D/NP argumento interno do verbo. Assim, Diniz (2007) considera que os clíticos em construção de redobro:

- (i) São cópias de traços-phi do D/NP no verbo;
- (ii) São (morfo) fonologicamente dependentes de um hospedeiro – o verbo;
- (iii) Não participam dos mecanismos de valoração de Caso e atribuição de papel temático;

Acompanhando a proposta de Alexiadou e Anagnostopoulou (2001) e de Bobaljik (2006), Diniz (2007) considera ainda que a cópia de traços-phi ocorre no componente pós-sintático. Assim, a inserção tardia de traços se dará somente no nível PF (phonological form). Com essa proposta, os clíticos não alcançam a interface semântica, pois a autora assume assim como Bobaljik (2006), que os traços-phi não interferem na interpretação semântica das sentenças. Isso significa que se os clíticos em contextos de redobro são apenas realização de traços-phi e sua presença não altera o significado da sentença. Desse modo, também não participam da Sintaxe Estreita como pode ser visualizado no esquema a seguir:

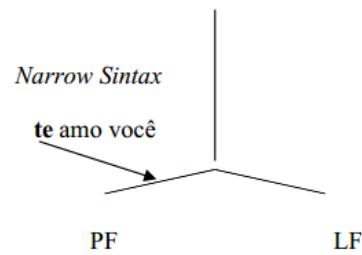


Figura 5: Inserção do clítico em PF
Fonte: Diniz (2007, p.106)

Consideramos que essa proposta da autora não é suficiente para explicar a natureza dos clíticos em situações de redobro, uma vez que se os clíticos envolvidos nesse contexto apresentam uma relação com a necessidade de ênfase ou relacionados a fenômenos discursivos como a Topicalização e a Focalização, logo sua presença altera o significado da sentença, sendo, portanto, o redobro um fenômeno morfossemântico.

Para descrever e compreender a natureza do fenômeno do redobro de clíticos pronominais, observaremos os traços restritivos apresentados nas conceituações. Partiremos da análise das restrições comuns entre as variedades, como o traço semântico [+REFERENCIAL] que é um traço presente em contextos de redobro em todas as variedades consideradas na análise. E outros traços semânticos como a definitude e a especificidade para fins de comparação. Verificaremos os parâmetros que diferenciam a ocorrência do fenômeno entre as línguas e ainda os contextos discursivos presentes em contexto de redobro de clítico.

3 O REDOBRO DE PRONOMES CLÍTICOS

Nesta seção apresentaremos alguns estudos sobre o redobro de clíticos pronominais em variedades do espanhol e do português. Três subseções compõem essa seção. Na primeira, apresentaremos algumas investigações sobre o redobro de pronomes clíticos no Espanhol, em contextos diacrônicos e sincrônicos. Para isso, utilizaremos como base os trabalhos de Jaeggli (1986), Suñer (1988), Mirta Groppi (2006), Silva-Corvalán (1981). Na segunda, elencaremos alguns estudos sobre o redobro na história do português, mais precisamente o fenômeno atestado no Português Medieval e Clássico, tomando como base Castilho (2004 e 2005) e Gibrail (2003), respectivamente. E na terceira subseção, apresentaremos estudos de redobro em variedades atuais do português, tomando como base Pereira (2006) e Martins (2013) para o Português Europeu e Oliveira (2006) e Diniz (2007) para o Português Brasileiro.

3.1 Estudos sobre redobro de clíticos no Espanhol

Nessa subseção apresentaremos estudos de redobro de clíticos pronominais no espanhol. Destacaremos os trabalhos de diversos autores, os dois principais, Jaeggli (1986), Suñer (1988), são gerativistas, já Silva-Corvalán (1981) e Groppi (2006) abordam o objeto a partir de perspectiva sociolinguística. Resenhar esses trabalhos se faz necessário para compreender o fenômeno no Espanhol.

3.1.1 Jaeggli (1986)

Jaeggli (1986) considera que os clíticos das línguas românicas aparecem, canonicamente como morfemas verbais, e são afixos sintáticos produzidos adjungidos a V, anexados à posição argumental do complemento de V, preenchida por uma categoria vazia (CV).

Para Jaeggli, nos contextos que envolvem clíticos, a atribuição de Caso é uma alternativa parametrizada. Assim sendo, os clíticos acusativos absorvem Caso de forma obrigatória, enquanto os clíticos dativos absorvem Caso de maneira opcional. Logo, seguindo o ponto de vista desse autor sentenças como em (1) são agramaticais:

(1)

- a. *La* compré (**la casa*). (JAEGGLI, 1986, p. 148).
A comprei (*a casa*).
- b. *Lo* vendí (**el periódico*). (JAEGGLI, 1986, p. 148).
O vend (*o jornal*).

De acordo com Diniz (2007) a agramaticalidade dessas sentenças ocorre por causa de dois elementos: o clítico e o DP objeto, “competindo por um mesmo Caso atribuído pelo núcleo v°. Se o clítico recebesse o Caso acusativo, o DP em posição de complemento já não poderia recebe-lo, ou vice-versa” (DINIZ, 2007, p.24).

Já no redobro dativo, esse tipo de agramaticalidade não é observado, pois nesses contextos, os clíticos recebem Caso opcionalmente. Para Jaeggli, os clíticos dativos não ocorrem em contexto de distribuição complementar com objetos indiretos e a preposição concede Caso de forma composicional com o verbo. O autor propõe que como a atribuição de Caso dativo ao clítico não é obrigatória, então, obviamente, os clíticos dativos não receberiam Caso de maneira obrigatória. Com essa análise de Jaeggli (1986) o clítico dativo poderia coexistir com o DP complemento sem que tenha de receber Caso estrutural. Resumindo, pode-se formular a hipótese de que em espanhol os clíticos dativos estariam livres da atribuição de Caso, já os clíticos acusativos necessitariam receber Caso.

(2)

- a. *Me* voy al cine.
Me vou ao cinema.
“Vou ao cinema. ”
- b. Pedro *se* vi no de América.
Pedro *se* veio da América.
“Pedro veio da América. ”
- c. María *se* rio de Pedro.
Maria *se* riu do Pedro.
“Maria riu do Pedro. ”

Jaeggli argumenta que em sentenças desse tipo, os clíticos não podem receber Caso pois o verbo no qual estão adjungidas não são atribuidores de Caso, por serem intransitivos. Além disso, como os clíticos das sentenças não são argumentos adicionais do verbo, se eles fossem omitidos a sentença permaneceria agramatical. A ocorrência de clíticos nesses contextos estaria relacionada à espontaneidade por parte do falante.

Também não é possível atribuir Caso em dativos éticos¹⁷:

- (3) Juan **me** *le* arruinó la vida *a esa* chica. (JAEGGLI, 1986, p. 149)
 O Juan me lhe arruinou a vida dessa menina.
 “O Juan me arruinou a vida dessa menina.”

De acordo com Jaeggli, o verbo *arruinar* atribui o Caso acusativo a *la vida*. Nesse exemplo, o autor considera que o objeto direto *esa chica* recebe Caso dativo e que não há outro Caso atribuído para o clítico dativo ético. Diante disso, ele conclui que os dativos éticos não dependem da atribuição de Caso do verbo. O autor continua que outros clíticos dativos que não recebem caso são os que estão em contexto de construções de posse inalienável ou alienável, conforme as sentenças a seguir, que exemplificam esses dois contextos, respectivamente:

(4)

- a. **Le** sacaron la muela del juicio **a Juan**. (JAEGGLI, 1986, p. 151)

Lhe extraíram o dente do juízo **ao Juan**.

“Extraíram o dente do juízo do Juan.”

- b. **Le** examinaron los dientes **al caballo**. (JAEGGLI, 1986, p. 151)

Lhe examinaram os dentes **ao cavalo**.

“Examinaram os dentes do cavalo.”

(5)

- a. **Le** comí la torta **a Juan**. (JAEGGLI, 1986, p. 152)

Lhe comi a torta **ao Juan**.

“Comi a torta do Juan.”

- b. **Le** ensucí el libro **a Pedro**. (JAEGGLI, 1986, p. 152)

Lhe sujei o livro **ao Pedro**.

“Sujei o livro do Pedro.”

¹⁷ O dativo ético aparece em sentenças como uma partícula não-argumental e possui apenas a função semântica de ênfase. Essa ênfase é específica e surge sempre em contextos muito particulares. A presença do dativo ético geralmente implica a existência de alguém que desaprova ou está insatisfeito com a ação de outra pessoa, sendo esta última ação a que é descrita pelo verbo principal. (TOURINHO, 2015, p.06).

A presença do clítico nas sentenças em (4) as tornam gramaticais. Jaeggli afirma que se o objeto direto é sempre uma parte inalienável do objeto indireto, então que esses clíticos auxiliam na atribuição do papel temático de posse inalienável ao objeto indireto do complexo formado pelo clítico e o verbo.

Em construções de posse alienável como as em (5), os clíticos também garantem a gramaticalidade. Com isso, Jaeggli conclui que a (in)alienabilidade é resultante da ligação que existe entre objetos direto e indireto e o mundo real e que o clítico garante ao verbo o papel temático de possuidor.

Tomando como base as sentenças destacadas de (2) a (5), Jaeggli afirma que a livre realização do redobro de objeto indireto ocorre em todos os dialetos do espanhol pelo fato de os clíticos dativos desse idioma serem receptores opcionais de Caso.

A observação importante, que se faz muito pertinente para a nossa pesquisa é que em relação aos clíticos acusativos, a atribuição de caso é obrigatória e o redobro ocorre devido à presença da preposição *a*.

Citando o espanhol peninsular, Diniz (2007) afirma que embora esse dialeto não aceite o redobro de um objeto direto não pronominal, esse mesmo tipo de estrutura é perfeitamente aceitável no dialeto rio-plantense, conforme pode ser percebido mediante as sentenças em (6):

(6) *Lo vi a Juan* (DINIZ, 2007, p. 28).

Oi vi a Juan.

“Vi o Juan.”

Usando como base o espanhol rio-plantense, Jaeggli destaca que o redobro do objeto direto pelo clítico acusativo é permitido por alguns fatores, são eles: presença do importe semântico [+ANIMADO] e [+ESPECÍFICO] e que o DP objeto direto deve vir obrigatoriamente precedido pela preposição *a*, pois sem essa preposição o redobro é impossível. Diniz (2007) destaca, seguindo essa linha de investigação que

se a preposição *a* desempenhasse o papel de atribuidora de Caso, o verbo ficaria sem condições de atribuir seu traço de Caso ao DP objeto em (6). Além disso, se o verbo fosse capaz de atribuir Caso independentemente da preposição, ficaria o problema de como explicar o redobro de clíticos nos contextos em que figuram objetos indiretos, contextos nos quais aparece obrigatoriamente uma preposição. (DINIZ, 2007, p. 28-29).

Diniz (2007) continua explicando que, conforme essas considerações, Jaeggli assume que a atribuição de Caso se dá por emparelhamento, ou ajuste, de Caso. Isto é, “um par (X, Y) é formado para cada traço de Caso de um atribuidor de Caso que é emparelhado, ou ajustado, com o elemento que recebe o Caso” (DINIZ, 2007, p.29). Isso significa que para que ocorra a atribuição de Caso acusativo ao objeto direto que vem acompanhado por uma preposição, são gerados dois pares relacionais de caso, nas próprias palavras de Jaeggli: “uno formado por el rasgo de Caso del verbo y la preposición a y otro formado por el mismo rasgo de Caso realizado sobre la preposición a y el objeto directo¹⁸” (JAEGGLI, 1986, p. 165).

Diniz (2007) verifica a aplicação dessa proposta, utilizando para tal, o seguinte exemplo:

(7) Vimos a Juan.

E concorda que são formados dois pares relacionais de caso. Traduzindo as palavras de Jaeggli: “um formado pelo traço de Caso do verbo e a preposição *a* e outro formado pelo mesmo traço de Caso realizado sobre a preposição *a* e o objeto direto” (DINIZ, 2007, p.29). Com isso todos os traços de Caso ficariam “emparelhados” e o objeto direto poderia receber o Caso acusativo. Já em sentenças como em (6) ***Lo*** vi ***a Juan***, a autora afirma que são formados três pares relacionados pelo Caso. E apresenta a seguinte explicação:

Um deles contém o traço de Caso do verbo e o clítico *lo*. O segundo, por sua vez, constitui-se do traço de Caso do verbo e a preposição *a*. O terceiro, finalmente, está formado pelo traço de Caso realizado sobre a preposição *a* e o DP que ocupa a posição de objeto direto. Dentro deste marco, tem-se que a preposição *a*, que precede certos objetos diretos do espanhol, funciona como uma espécie de “ponte para o Caso” que permite que o traço de Caso do verbo esteja associado a mais de um sintagma. (DINIZ, 2007, p. 29-30).

Assim, resumindo a proposta de Jaeggli, o redobro de pronomes clíticos em espanhol, está estritamente relacionado a preposição. A atribuição de Caso ocorre por meio dos pares relacionados pelo Caso e os clíticos acusativos receberiam Caso obrigatoriamente, enquanto os dativos teriam a atribuição de Caso facultativa.

3.1.2 *Suñer (1988)*

¹⁸ Um formado pelo traço de Caso do verbo e a preposição *a* e outro formado pelo mesmo traço de Caso realizado sobre a preposição *a* e o objeto direto (DINIZ, 2007, p. 29).

Assim como Jaeggli (1986) Suñer admite que os clíticos são gerados como morfemas do verbo. Porém, de maneira distinta a Jaeggli, Suñer considera que os clíticos acusativos e dativos não ocupam uma posição argumental, por isso, não absorvem traços de Caso, nem possuem papel temático, uma vez que são apenas reflexo da concordância que se dá entre o objeto e o verbo. Para a autora, a concordância entre objeto e verbo teria estatuto semelhante ao da concordância ocorrida entre o sujeito e o verbo.

O espanhol analisado por Suñer (1988) é o portenho Buenos Aires. Em sua análise ela encontra estrutura de redobro de objetos diretos [-ANIMADOS] e em seus dados é possível observar que existem construções com presença e ausência de preposição, o que indica um nível de opcionalidade de seu uso, sem comprometer a gramaticalidade das sentenças, conforme se pode perceber nos dados abaixo, selecionados do trabalho de Suñer (1988) por Diniz (2007, p. 31):

(8)

- a. **Lo** vamos a empujar **al ómnibus** (SUÑER, 1988, p. 180).

O vamos empujar **ao ônibus**.

“Vamos empurrar o ônibus”

- b. **Lo** vamos a empujar **el ómnibus** (SUÑER, 1988, p. 180).

O vamos empujar **o ônibus**.

“Vamos empurrar o ônibus”

(9)

- a. **Lo** quiero mucho **a este arbolito** porque me lo regaló mamá. (SUÑER, 1988, p. 180).

A quero muito **a esta arvorezinha** porque me a deu de presente mamãe.

“Quero muito esta arvorezinha porque a mamãe me deu ela de presente.”

- b. **Lo** quiero mucho **este arbolito** porque me lo regaló mamá (SUÑER, 1988, p. 180).

A quero muito **esta arvorezinha** porque me a deu de presente mamãe.

“Quero muito esta arvorezinha porque a mamãe me deu ela de presente.”

(10)

- a. [...] claro que **la** encontré pesada **la audición** (SUÑER, 1988, p. 180).

[...] claro que **a** encontrei chata **a audição**.

“[...] claro que achei chata a audição. ”

b. [...] claro que **la** encontré pesada **a la audición** (SUÑER, 1988, p. 180).

[...] claro que **a** encontrei chata **à audição**.

“[...] claro que achei chata a audição. ”

(11)

a. Ahora tiene que seguir usandol **o el apellido**. (SUÑER, 1988, p. 180).

Agora tem que seguir usando-**o o sobrenome**.

“Agora tem que seguir usando o sobrenome. ”

b. Ahora tiene que seguir usándol **o al apellido**. (SUÑER, 1988, p. 180).

Agora tem que seguir usando-**o ao sobrenome**.

“Agora tem que seguir usando o sobrenome. ”

Suñer (1988) enfatiza que o redobro de objetos inanimados é menos comum que o redobro de objetos animados. Para explicar isso, ela afirma que o objeto direto redobrado deve ter como característica principal o traço de especificidade. E os clíticos acusativos são inerentemente [+ESPECÍFICOS], enquanto os clíticos dativos podem ser [+/- ESPECÍFICOS]:

(12)

a. **Le** ofrecí ayuda **a la niña**. (SUÑER, 1988, p.177)

Lhe ofereci ajuda **à menina**.

“Ofereci ajuda à menina. ”

b. **Les** dejaré todo mi dinero **a los pobres**. (SUÑER, 1988, p.177)

Lhes deixarei todo meu dinheiro **aos pobres**.

“Deixarei todo meu dinheiro aos pobres. ”

Diferentemente do que propõe Jaeggli (1986), para Suñer (1988), a presença da preposição *a* não seria uma condição para a ocorrência do redobro, nem mesmo o atribuidor de Caso, esse, por sua vez, seria um marcador de traço de animação ou distintividade. Isto é,

seria uma maneira de definir um argumento como [+/-ANIMADO] [+/-ESPECÍFICO] e ainda seria dispositivo que permitiria estabelecer uma diferenciação entre o objeto direto e indireto (Cf. DINIZ, 2007, p. 32-33). E em contextos com presença de um objeto indireto, priva-se do uso de preposição antes do objeto direto. Observa-se isso nos exemplos extraídos de Suñer (1988, p. 181):

(13)

- a. Ya las lavé todas c.v. [-ANIMADO]
- b. Ya las lavé a todas c.v. [+ANIMADO]

(14) Le presentaron (a) Josefa a Mario.

E em um exemplo em português:

(15) O entreguei o livro ao João.

Resumindo a proposta de Suñer (1988), observa-se que os clíticos, em contextos de redobro, sendo afixos de concordância, devem concordar com “o constituinte com o qual formam uma cadeia e não recebem Caso, nem papel temático. A presença da preposição não seria obrigatória e ela não participaria do mecanismo de atribuição de Caso” (DINIZ, 2007, p. 33).

3.1.3 Outras propostas no espanhol

Diniz (2007) apresenta os estudos de Mirta Groppi (2006), que possui os dados coletados de falantes castelhanos com alta escolaridade (pelo menos em Alcalá de Henares, Espanha), nesses contextos o redobro é acionado de maneira semelhante ao do Rio da Prata e o que se observa é que um DP_{ACC} preposicionado [+ANIMADO] aparece redobrado por um clítico adjungido ao verbo. Por esse motivo, a autora afirma que esse tipo de ocorrência do redobro não é exclusivo do espanhol rio-platense. E apesar de a Real Academia Española¹⁹ vincular o redobro de clíticos a um estilo menos cuidadoso (atrelado a falares populares e coloquiais), Groppi (2006) destaca que as construções com redobro não são encontradas

¹⁹A Real Academia Española (em castelhano Real Academia Española; RAE) é uma academia fundada em Madrid em 1713 que tem, entre outras funções, a tutela oficial da língua castelhana.

unicamente em dados informais restritos somente a falantes com baixo nível de escolaridade. Conforme a autora, o redobro é acionado por motivos pragmáticos, uma vez que o falante produziria uma sentença com redobro para assegurar-se de que o seu interlocutor seja capaz de identificar o referente do pronome utilizado no contexto (Cf. DINIZ, 2007, p. 33-34).

Diniz (2007) apresenta também Silva-Corvalán (1981) que realizou um estudo sobre redobro em Santiago do Chile em 1978. Silva-Corvalán, demonstrou similarmente a Groppi (2006) ao considerar que o redobro não está condicionado pelo nível social dos falantes. Da mesma forma que Suñer (1988), Silva-Corvalán (1981) considera o redobro uma operação de concordância entre o verbo e o objeto, direto ou indireto. “Esta autora considera que a concordância é motivada pelo relativo valor de topicalidade do DP acusativo ou do PP dativo” (DINIZ, 2007, p. 33-34). A topicalidade é definida como a possibilidade de um dado constituinte ser o tópico da oração e, para ela, “analisar os clíticos redobrados como marcadores de topicalidade explicaria a ocorrência variável dos clíticos acusativos e a ocorrência categórica dos dativos correferenciais” (DINIZ, 2007, p. 34).

3.2 Estudos sobre redobro de clíticos em variedades diacrônicas do Português

Nessa seção, apresentaremos dois estudos relacionados ao redobro de clíticos pronominais, que são os trabalhos de Castilho (2005 e 2006) que toma como base o Português Medieval (textos dos séculos XIII, XIV, XV, XVI) e o trabalho de Gibrail (2004) que utiliza em seu estudo o Português Clássico (textos de autores nascidos entre os séculos XVI e XIX).

3.2.1 Português Medieval

3.2.1.1 Estudos de Castilho (2005 e 2006)

Castilho (2005) apresenta em seus estudos o processo de redobrimento sintático no Português Medieval. O trabalho procurou evidências na literatura medieval portuguesa, em textos literários e não-literários. Na sua composição a autora foca nos efeitos da organização das perífrases de estar + gerúndio e estar + infinitivo preposicionado. É estabelecido ainda um paralelismo entre o redobro pronominal e o redobro do locativo *hi*. Para ela, esse último fenômeno é caracterizado pela presença de duas categorias ligadas pelo processo de *referencialidade*. Isso porque é assumido o seguinte conceito para o redobro de clítico:

O redobrimento pronominal é composto por dois pronomes que estão sujeitos às seguintes condições: (i) um dos pronomes deve ser fraco, e o outro, deve ser ou forte

ou preposicionado, (ii) devem ser correferenciais, (iii) devem estar contidos numa mesma fronteira sintática, sendo que a sentença é vista aqui como estando dentro da abrangência da categoria CP, (iv) o pronome fraco duplica tanto o pronome forte como o pronome preposicionado, (v) o pronome e seu redobro devem funcionar como dêiticos.(CASTILHO, 2005, p. 43).

Castilho destaca ainda que os primeiros estudos acerca do redobro sintático relacionam a ocorrência desse fenômeno com a necessidade de ênfase. Sendo assim, esse recurso seria acionado quando uma estrutura tivesse com o efeito semântico fraco, sem potencial enfático, assim para resolver isso a língua se [autorregularia], aparecendo, então, o redobro. "Posteriormente esse redobro pode ou não ser simplificado e o processo é reacionado" (CASTILHO, 2005, p. 32).

Mencionando a abordagem sobre o redobro pelas gramáticas históricas românicas, Castilho (2005) afirma que o redobro de pronomes é abordado na parte que trata sobre os vícios de linguagem e é considerado pleonismo. Com isso a autora conclui que o redobro é marginalizado pela gramática, sendo apenas um fato de estilo, ligado ao discurso. Diniz (2007), ao analisar o trabalho de Castilho (2005), destaca que com base nessas observações sobre o redobro, a autora divide os gramáticos brasileiros em três grupos:

- i) Os gramáticos tradicionais que tratam apenas a questão semântica do fenômeno e que representam a grande maioria;
- ii) Os gramáticos normativos que consideram este fenômeno como um erro, uma vez que esta variedade popular não se enquadraria no padrão culto da língua;
- iii) Os gramáticos históricos portugueses e brasileiros que são pouquíssimos e que nem registraram o fato, embora este já tivesse sido notificado pelos romancistas.

Castilho (2006) afirma que o redobro pronominal teve ampla ocorrência no português medieval. E que, com base nessa constatação, foram elencadas na proposta outros comportamentos do redobro de pronomes: primeiramente, o pronome clítico era um complemento do verbo e ao cliticizar-se a esse verbo, acabava duplicando os traços-*phi* do pronome tônico (complemento) o qual permanecia adjungido ao verbo.

Esse pronome clítico funcionava como uma espécie de flexão dos complementos que vinham em adjunção ao verbo. Desse modo, havia clíticos acusativos e dativos redobrando os traços-*phi* do DP objeto direto e do PP objeto indireto, respectivamente. [Em um] segundo momento, o clítico podia integrar-se ao verbo e desaparecer. Isto

permitiu que os pronomes preposicionados tônicos, em posição de adjunção ao verbo, fossem reanalisados como complemento do verbo (DINIZ, 2007, p. 38).

Castilho (2006) ressalta que uma língua que possui redobramentos pode apresentar as seguintes estruturas de ocorrência: “complementizadores recursivos, quantificadores duplicados, clíticos pronominais redobrados, deslocamentos de NP/PP à esquerda ou à direita, com retomada/não retomada por um clítico, topicalizações com retomada/não retomada por pronomes” (CASTILHO, 2006, p. 192).

Selecionamos alguns exemplos de contextos de ocorrência de redobro apresentados por Castilho (2005 e 2006), utilizando como base relevante para nosso trabalho, o contexto de clíticos acusativos e dativos redobrando pronomes pessoais:

a) Dativos

(16) [...] se este he o seu filho Joane de que **me a mim** alguuas vezes fallarom. [XV CDP 276:25]

(17) Quite-**mi a mi** meu senhor / e dé-mi um bom fiador / por mia soldade. [XIII CEM 247:1]

(18) “E sodes vos ja em salvo”, disse el, “de oje mais ir-**me-ei eu**”. [XIII SG 167:7]

(19) E eu perguntei-**me a mim** mesmo se meu pai seria diferente em cada uma das duas ou três casas que tinha. (CRPC, J. Sena, *Sinais*)

b) Acusativos

(20) [...] e entom aguilharom mais de X a Paramades e matorom-lhe o cavalo e chagarom-**no a el** de muitas chagas. [XIII SG 325:8].

(21) Rogo-**te a ti**, padre, que me diga se devemos creer que o fogo do inferno he hũũou se ha hi tantos fogos no inferno[...]. [XIV DSG 222:24]

(22) E pois se ende ela partio, cresceu-**lhi a ele** mais a vertude do corpo e começou a braadar com grande lediça e dizer [...] [XIV DSG 175:7]

(23) Hũavarento cuyda que tem dinheiro, e o dinheyro tem-**no a elle**. (HEITOR PINTO)

(24) [...] e entom aguilharom mais de X a Paramades e matorom-lhe o cavalo e chagarom-**no a el** de muitas chagas. [XIII SG 325:8]

(25) a. A dona Mercês matou o criado e o Infante matou- **a a ela**. (CRPC, C. Pires, *Delfim*)

O que é importante observar nessas sentenças e na proposta de Castilho (2005 e 2006), a título de composição do nosso trabalho, são dois fatores: primeiro a conceituação do redobro de clítico em que a autora relaciona o redobrimento à referencialidade; segundo, o aparecimento da preposição nos dados de redobro de clíticos acusativos, como sendo obrigatória para a ocorrência do redobro.

3.2.2 *Português Clássico*

3.2.2.1 *Estudo de Gibrail (2003)*

O estudo de Gibrail descreve os contextos de formação do acusativo preposicionado, que é equivalente a “um objeto com traço [+ANIMADO] precedido de preposição, como forma variante de estruturas de redobro com clítico não fonologicamente realizado” (DINIZ, 2007, p. 39). O *corpus* da pesquisa é formado por textos de autores nascidos entre 1502-1850, integrantes do *corpus* Thyco Brahe.

Em seu estudo a autora detectou quatro formas de estruturas variantes para o fenômeno estudado, conforme as sentenças apresentadas a seguir, retiradas de seu trabalho:

i) Clíticos acusativos e dativos redobrando pronomes pessoais:

(26) Sabia que **me** queria elle matar **a mim**, por mexericos que homens (F. Mendes Pinto, séc XVI; p.59) (GIBRAIL, 2004, p.105)

(27) Ainda que **lhe** bem pareça **a elle** nem a todos, este não crerá nem terá por bom. (F. de Holanda; séc XVI, p. 56) (GIBRAIL, 2004, p.105)

ii) Clíticos acusativos e dativos redobrando pronomes de tratamento em segunda pessoa:

(28) por servi-los e vê-**los a vossas Mercês**. (F. Manuel de Melo; Cartas familiares; séc XVII, p.130);

(29) E que *lhe* disse *a você*, Senhor amo, que eu fiz tal aleivosia? (M. da Costa, séc XVII, p.180). (GIBRAIL, 2003, p. 168)

iii) Clíticos acusativos e dativos redobrando sintagmas nominais:

(30) Mas se o intento de Christo era acautelar-*nos aos catholicos*. (A. Vieira; Sermões; séc XVII, p. 89).

(31) E que *lhe* importou *a Daniel* esta tão triste interpretação? (A. Vieira; H. do Fut; séc XVII, p. 56). (GIBRAIL, 2004, p.106)

iv) Clíticos acusativos e dativos redobrando o pronome indefinido todos (sendo que este apresenta apenas coocorrência com clíticos acusativos):

(32) que os tratavam de *os* matar *a todos*. (D. Couto; séc. XVI, p.?) (GIBRAIL, 2004, p.106)

(33) e achando-*os todos* vivos. (D. Couto; séc. XVI, p.127) (GIBRAIL, 2004, p.106)

Outras observações apresentadas por Gibrail sobre as estruturas de redobro se fazem relevantes para nossa pesquisa: a autora assume a configuração de PPs para os objetos preposicionados das estruturas de redobro acusativo e dativo no português clássico. Diante disso, a preposição se torna muito importante, pois essa categoria resolve o problema da atribuição de Caso, pois encabeça os PPs na função sintática de objeto. “Esta preposição atribuiria um Caso *default* ao objeto, já que o Caso do objeto estaria desvinculado do Caso atribuído pelo verbo (o verbo atribuiria seu Caso objetivo ao clítico)” (DINIZ, 2007, p. 42).

Os dados da autora demonstram que o redobro dativo apresenta o mesmo tipo de comportamento observado na formação de redobro acusativo: “são PPs que apresentam maior ocorrência de redobro com pronomes pessoais do que com pronomes de tratamento e sintagmas nominais durante todo o percurso histórico” (DINIZ, 2007, p.42). Como Gibrail considera que os redobros acusativos e dativos possuem o mesmo comportamento, logo ela conclui também que a questão da atribuição de Caso é resolvida da mesma maneira. Gibrail adota que no redobrimento acusativo, os objetos diretos preposicionados recebem o Caso “*default* acusativo”. Enquanto as estruturas de redobrimento dativo os objetos preposicionados possuem o que ela nomeia de Caso “*default* dativo”. Sobre esse Caso *default*, ela comenta o seguinte:

Qual o fator subjacente que leva os objetos preposicionados das estruturas de redobrimento de dativo a terem um Caso ‘default dativo’ e os objetos das estruturas de acusativo preposicionado, com clítico visível ou não, a terem um Caso ‘default acusativo’? Considerando que em ambas as estruturas os objetos são precedidos da preposição *a*, assumida na literatura como marcador de Caso dativo, mais condizente seria propor que este seria o Caso default dos objetos preposicionados nos dois tipos de ocorrências (GIBRAIL, 2003, p. 206).

Essa observação de Gibrail é importante por mencionar que, além das estruturas de redobrimento de dativo, também as estruturas de redobrimento acusativo são precedidas por preposição *a*. Essa consideração será utilizada mais adiante na pesquisa para fins de análise comparativa.

3.3 Estudos sobre redobro de clíticos em variedades atuais do Português

3.3.1 Português Europeu

Nas pesquisas realizadas sobre o PE não foram encontrados trabalhos que tratam diretamente ou especificamente sobre o redobro de clíticos pronominais, porém, foram encontrados alguns estudos que mencionam o fenômeno e estes serão aqui apresentados.

Na *Gramática da Língua Portuguesa* (MATEUS *et al*, 2003:835-844), são apresentadas algumas categorias de acordo com as propriedades que os clíticos, de forma geral, possuem no PE:

- (i) o seu potencial referencial ou predicativo;
- (ii) a possibilidade de receberem um papel temático;
- (iii) a sua referência específica ou arbitrária;
- (iv) a capacidade de ocorrerem em construções de redobro de clítico e de extração simultânea de clítico;
- (v) e a faculdade de funcionarem como um afixo capaz de alterar a estrutura argumental de um predicado.

(Cf. MATEUS *et al*, 2003:835)

Sobre o item (iv) Pereira (2006) observa que os pronomes clíticos podem funcionar como complementos do verbo sem, no entanto, ocupar as posições canônicas destes complementos verbais (PEREIRA, 2006, p. 16). Ela afirma isso como base nos exemplos retirados de Mateus *et al* (2003:832):

(34)

- a. Encontrámo-**las a elas** na feira do livro.
- b. Os professores ofereceram-**lhes** gelados **a todos** no dia das crianças.
- c. Nós conhecemo-**nos a nós** próprios/a nós mesmos melhor do que a ninguém.
- d. Os carros cruzaram-**se um com o outro** a alta velocidade.

Ainda com base nessas propriedades apresentadas, os clíticos do PE são classificados na *Gramática da Língua Portuguesa* em cinco tipos distintos.

- A. Clíticos com conteúdo argumental: são os pronominais (não-reflexos), os anafóricos (reflexos e recíprocos) e o se-nominativo.
- B. Clítico argumental proposicional ou predicativo: o demonstrativo *o*.
- C. Clíticos quase-argumentais: o se-passivo, os dativos ético e de posse.
- D. Clítico com comportamento de afixo derivacional: os ergativos/anticausativos.
- E. Clítico sem conteúdo semântico ou morfosintático: são os clíticos inerentes.

(Cf. MATEUS *et al*, 2003)

Comentando ainda sobre as propriedades dos clíticos apresentadas anteriormente, Pereira (2006) afirma algo curioso. Segundo ela, das cinco propriedades ao menos uma não se aplica ao PB: a propriedade (iv), “já que não há redobro e, muito menos, extração simultânea de clítico nesta língua” (PEREIRA, 2006, p.17). A autora acrescenta como nota que “alguns dativos do PB apresentam algo semelhante ao redobrimento. Em Castro (2002:59), que analisou a sintaxe dos pronomes clíticos no dialeto gaúcho atual, encontramos um dado de aparente redobro” (PEREIRA, 2006, p. 17):

(35) Falar nisso, **me** traz um cigarro **pra mim**. [VARSUL/POA, 23:353]

A autora não explica por que considera que no PB não existe o redobro, menciona apenas que sentenças como essa acima são somente evidências de caso de ênfase. E continua afirmando que essa seria uma diferença expressiva entre o PE e o PB, isso se for levado em

consideração que essa propriedade funciona como uma ‘linha de corte’ na classificação que Mateus *et al* (2003) fazem dos clíticos no PE, uma vez que o fato de o clítico poder ou não redobrar, ou não ser simultaneamente extraído é, o principal teste utilizado pelas autoras para comporem a tipologia dos clíticos em PE.

Uma outra diferença que Pereira (2006) apresenta em relação ao PB e o PE é em relação a propriedade (i), no que se refere ao fato de o clítico poder apresentar potencial predicativo. Isso porque o “PB já não mais instancia a forma invariável **o** como uma alternativa correlata do pronome demonstrativo *isso*” (PEREIRA, 2006, p. 18). A não ser em contextos muito restritos da modalidade escrita do PB.

Assim, com base nessas diferenças que considera existir entre o PB e o PE em relação as propriedades dos clíticos, a autora adapta a lista de Mateus *et al* (2003), e apresenta uma nova alternativa para a classificação dos clíticos, de forma geral, no PB:

- (i) Possibilidade de receber papel temático.
- (ii) Possibilidade de modificar a grade argumental do verbo.
- (iii) Possibilidade de veicular referência específica ou arbitrária.

(PEREIRA, 2006, p. 19).

Mais adiante em seu trabalho, a autora volta a mencionar o redobro no PE, quando trata acerca do dativo de posse. Segundo ela, o clítico dativo de posse pode ocorrer em construções de redobro em PE conforme exemplos retirados de Mateus *et al* (2003:841):

(36)

- a. Dói-**me** a cabeça **a mim**.
- b. **Ela** conhece-**lhe** todos os seus defeitos.

Sobre o PB, nesse mesmo contexto de ocorrência, Pereira (2006) afirma que talvez possa aparecer sentenças do tipo:

(37) ??Ele **me** cortou **o meu** cheque especial!

Mas que também seria uma realização observada apenas em contextos de ênfase.

Outra autora que menciona o redobro de clíticos pronominais no PE em seu trabalho é Martins (2013). De acordo com essa autora, um pronome clítico, por necessitar de acento, não pode ser o constituinte posto em relevo nas estruturas que compreendem focalização contrastiva. Assim, neste tipo de estrutura, um constituinte pronominal que seja semanticamente um foco contrastivo aparecerá realizado por dois elementos: um clítico (acusativo ou dativo) e um pronome forte, com os mesmos traços de pessoa e número que o clítico, precedido de preposição *a*. Para a autora, o clítico e o pronome tônico a ele associado realizam um único argumento verbal, sendo a forma tônica do pronome a realização, no plano prosódico, do papel que está impossibilitado ao clítico. Martins (2013) considera que, nestes contextos, o pronome tônico duplica/redobra o clítico, para resolver o problema da natureza “fraca”, ou “deficiente” do pronome tônico. Observa-se exemplos de redobro em PE, retirados de seu trabalho:

(38)

- a. A dona Mercês matou o criado e o Infante matou-**a a ela**. (CRPC, C. Pires, Delfim)
- b. E eu perguntei-**me a mim** mesmo se meu pai seria diferente em cada uma das duas ou três casas que tinha. (CRPC, J. Sena, Sinais)

Após a conceituação apresentada sobre o redobro, Martins (2013) demonstra alguns contextos que envolvem esse fenômeno. Segundo ela as estruturas de redobro de clítico permitem “desambiguar a referência das formas pronominais dativas de terceira pessoa, sem traços de gênero. (MARTINS, 2013, p. 2236), como no exemplo em 39:

- (39) A – Pronto, dei-lhe o livro.
 B – A ele?
 A – Não, dei-**lhe a ela**.

Outros contextos são:

Em estruturas que envolvem constituintes coordenados, ressalva-se a impossibilidade de os clíticos serem elementos de uma estrutura de coordenação:

(40)

- a. Dei-**lhe** [a ele e à irmã] um livro que eles vão adorar.

- b. *Dei-**lhe** e à irmã] um livro que eles vão adorar.

O redobro pode ser também determinado pela modificação pronominal, pois segundo a autora os pronomes clíticos, não podem ser modificados por orações relativas, como ocorre com os pronomes fortes, como em (41), em que a relativa que tem melhor feitio modifica o complemento pronominal de *preferir*:

(41)

- a. Prefiro-**a a ela**, que tem melhor feitio.
b. *Prefiro-a, que tem melhor feitio.

Por fim Martins (2013) acrescenta que as configurações de clíticos redobrados, “não afectam de nenhum modo a posição dos pronomes clíticos na frase. Não se verifica, além disso, qualquer imposição de adjacência ou não adjacência entre o clítico e o sintagma preposicional que contém o pronome forte[...]” (MARTINS, 2013, p.2236):

Sem adjacência:

(42)

- a. Dei-**lhe** o livro **a ele**, sim.
b. Não, não **lhe** dei o livro **a ele**.
c. Dar-**lhe-ei** o livro **a ele**.

Com adjacência:

(43)

- a. Vi-**te a ti** ontem à noite.
b. Disse-**me a mim** que o despediram

É importante observar que nessas sentenças de redobro do PE, apresentadas nessa subseção, os dados de redobro do clítico com verbos acusativos, também necessitam de preposição assim como o português medieval e clássico. E como já mencionado, esse fator será considerado em nossa análise.

3.3.2 Português Brasileiro

3.3.2.1 Oliveira (2006)

Oliveira (2006) apresenta um estudo sobre a clitização do pronome reflexivo *se*, tomando como base *corpus* transcrição de fala da Paraíba, de Fortaleza, da fala popular de São Paulo e da zona rural de Taubaté. A autora afirma que a duplicação do *se* “ocorre com verbo na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo” (OLIVEIRA, 2006, p.417) e ainda que essa duplicação é um fenômeno “nordestino”, conforme se pode observar nos exemplos retirados do seu trabalho:

(44) Entrou dentro de casa, saiu na cozinha, pulou o muro da outra casa vizinha, *se* danou-*se* pelo meio do mundo e os rapaz e num pegaru.

(45) Apitei no botão o rapaz tava dormindo *se* acordou-*se* veio me atender

(46) porque ela num queria que ele se apaixonasse por ninguém e ele *se* apaixonou-*se* por ela.

Como a duplicação ocorre somente com verbo na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, a autora concluiu que o *se* proclítico seria uma marca especificamente reflexiva e que o *se* enclítico funcionaria como uma marca morfológica de aspecto. Logo, com base nisso, a autora conclui que o *se* não pode ser considerado como um duplicador de reflexivo.

Outros contextos de duplicação de pronomes apresentados por Oliveira (2006) são os seguintes:

(47) Minha mãe me criou-me, papai me deixou mamãe, eu estava com quatro ano. Aí mamãe *me* criou-*me* no cabo da enxada.

(48). Ah, o meu relacionamento com meu filho eu eu [go] eu só gosto mais de educar. Não deixa-*lo ele* correr na rua, não se juntar com amigo...

(49) ...se arruma alguma mulher fora chega em casa me xingando, dizendo o que fez e o que não fez, fica *me* debochando *de mim*, dizendo que eu sou feia...

(50). Aí eu queria que [...] me amasse de verdade, [...], que *me* desse satisfação em casa *a mim*...

(51) O Antonio Arroz deu-*lhe* um chute *nele*.

3.3.2.2 Diniz (2007)

Diniz (2007) formulou sua pesquisa com base em dados retirados do *Corpus* de Fala Belo Horizontina e do *Corpus* de Fala Ouro Pretana organizados pela professora Jânia Ramos. Foram consultados também o *Corpus* Oral de Itaúna-MG, coletado por Alan Jardel de Oliveira em 2006 e o *Corpus* de Venda Nova, organizado por Leonardo Araújo em 2007.

A autora estudou o redobro de clíticos sobre uma abordagem Minimalista. Em sua análise é demonstrando que o redobro de pronomes clíticos impõe algumas restrições ao importe sintático-semântico que será redobrado. Assim, ela formula que, em relação a realização morfossintática dos sintagmas presentes nos contextos de redobro, é evidente que o objeto redobrado não pode ser um NP nu, devendo, portanto, projetar uma capa funcional DP.

É constatado também que o objeto redobrado deve fazer alusão a um elemento previamente dado no contexto pragmático-discursivo, com isso Diniz propõe que do ponto de vista semântico, o D/NP seja objeto direto ou indireto deve apresentar o importe semântico configuracional [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]] poderá acionar outros feixes de traços ([+HUMANO]; [+ANIMADO]; [+DEFINIDO]; [+FALANTE]; [+DESTINATÁRIO]), dependendo do contexto linguístico. Diante disso, a autora conclui que a variação paramétrica no que diz respeito as construções de redobro entre as línguas é condicionada de acordo a maneira como cada língua acionará esse feixe de traços em construções de redobro acusativo e dativo.

O clítico redobrado (D/NP objeto direto ou indireto) é analisado no trabalho como cópia de traços-*phi* do argumento interno do verbo. Seguindo essa intuição a autora considera que o clítico é inserido após o Spell-Out e não participa dos mecanismos de valoração de Caso e de atribuição de papel temático.

Na apresentação dos seus dados, Diniz (2007) demonstra como ocorre o redobro em dados empíricos retirados do dialeto mineiro. Nessa apresentação, a autora classifica os dados de acordo com o verbo que aparece na sentença:

Verbos transitivos diretos

- (52) Cê ia ajudar um camarada desse e se os camarada voltar e **te** matar **você** também?
[Corpus de Fala Belo Horizontina]
- (53) Eu vou **te** levá **ocê** lá. [Corpus de Venda Nova]
- (54) Tenho uma cliente de sábado que num **me** larga **eu** de jeito nenhum. [Corpus de Venda Nova]
- (55) Teve aquela vez que o cara queria **me** roubar **eu**. [Corpus de Venda Nova]
- (56) Eles **te** irrita **ocê**. [Corpus de Venda Nova]
- (57) Toma conta desse carro direito senão eu vô **te** prendê **ocê**. [Corpus de Venda Nova]
- (58) Eu **te** esperei **você** um tempão. [Fala espontânea]
- (59) O João **me** viu **eu**.. [Fala espontânea]
- (60) Foi essa doida que **me** pôs **eu** aqui. [Fala espontânea]
- (61) Igual outro dia que **me** mandaram **eu** pra reunião. [Fala espontânea]
- (62) Se você subir em cima de mim ce **me** quebra **eu** todinho [Fala espontânea]
- (63) O ônibus **me** fechô **eu**. [Fala espontânea]
- (64) Eu vou **te** levar **você** lá no carro. [Fala espontânea]
- (65) pode deixar que eu **te** levo **você** lá. [Fala espontânea]
- (66) Sua mãe vai **te** busca **ocê** amanhã. [Fala espontânea]
- (67) Vou **ti** sungar **ocê** lá em cima. [Fala espontânea]
- (68) Eu **te** amo **ocê**, sá, cê sabe disso. [Fala espontânea]
- (69) Professora, eu vou fazer um abaixo-assinado pra **te** tirar **ocê**. [Fala espontânea]

Verbos transitivos indiretos

- (70) Ah... é eu era menina não tinha meio de ninguém **me** tratá **de mim** né. [Corpus de Fala Ouro Pretana]
- (71) E ele foi e brigou comigo e **me** deu três voadora **ni mim**. [Corpus de Fala Ouro Pretana]
- (72) Porque o moço me tinha **me** falado **comigo**. [Corpus de Fala Ouro Pretana]
- (73) Deixa eu **te** falar **com cê** um negócio sério. [Corpus de Fala Ouro Pretana]
- (74) entao num assalto o rapaz chegou **me** colocou **em mim** o revolver teve tiro. [Corpus Oral de Itaúna-MG]
- (75) Eu num vou **te** falar **com você** que se você vier... [Corpus Oral de Itaúna-MG]

- (76) Eu **te** falo **com ocê**. [Corpus de Venda Nova]
- (77) Qué me matá me mata, mas num **me** faz isso **comigo** não. [Corpus de Venda Nova]
- (78) Uma coisa eu vou **te** falá **com ocê**. [Corpus de Venda Nova]
- (79) Eu vou **te** contá **pro ocê** um pouquim da minha vida. [Corpus de Venda Nova]
- (80) Ela deu um jeito de **me** encontrar **comigo**. [Corpus de Venda Nova]
- (81) O funcionário... ah... ele **me** perguntou **pra mim** se eu trouxe os documentos. [Fala espontânea]
- (82) Eu **te** dei o desconto **procê**. [Fala espontânea]
- (83) Essa caneta, **me** empresta **pra mim**? [Fala espontânea]
- (84) Por que vocês não **me** dão esse bebê **prá mim**? [Fala espontânea]
- (85) Eu **te** trouxe o livro **procê**. [Fala espontânea]
- (86) Então eu aguardo ele **me** falá **comigo**. [Fala espontânea]
- (87) Não vá **me** esquecer **de mim**. [Fala espontânea]
- (88) **Me** judiaram muito **de mim**. [Fala espontânea]
- (89) Êz **me** ligô **pra mim** lá pra casa. [Fala espontânea]
- (90) **Me** dá o bisturi **pra mim**. [Fala espontânea]
- (91) **Me** perguntou **pra mim** quais são os adjetivos. [Fala espontânea]
- (92) Eu tô **te** falando isso **procê**. [Fala espontânea]
- (93) **Ti** ligo **procê** amanhã, pode? [Fala espontânea]
- (94) Menino, eu vou **te** bater **nocê**. [Fala espontânea]
- (95) Mas eu nem **te** converso **com cê**... [Fala espontânea]
- (96) Eu tenho que **te** explicá **procê** uma coisa [Fala espontânea]
- (97) Eu **te** mostrei a foto dele **procê** num mostrei? [Fala espontânea]

Além desses contextos, Diniz apresenta outros mais específicos:

a) Em construções de marcação excepcional de Caso (ECM)²⁰:

(98)E ela que **ti** pediu **pra você** vim o você veio porque quis? [Corpus de Fala Belo Horizontina]

²⁰ Em construções de EMC, um Caso pode ser atribuído excepcionalmente por um núcleo lexical [-N] a um DP que não é o seu complemento temático (cf. MIOTO et al, 1999, p. 28).

b) Construções com redobro de clíticos em contextos de *small clause*²¹

(99) Você **me** deixô [**eu** um pouquinho preocupada], que ce falo assim: Ah dona Didi, ta, [Corpus de Fala Belo Horizontina]

c) Em contextos de alternância de dativos²²:

(100) Ele me falou assim: oh primo, vem cá que eu vou **te** mostrar **ocê** um negócio. [Corpus de Fala Ouro Pretana]

Diniz destaca em seus dados que o redobro pronominal em PB ocorre somente com a primeira e com a segunda pessoa do singular, tanto com os objetos diretos quanto com os objetos indiretos. Ela destaca também que as ocorrências de redobro acusativo não apresentam preposição, circunstância que distingue o PB de outras línguas românicas, especialmente do espanhol e do Português Europeu. Diniz continua que outra característica própria do PB (via dialeto mineiro)

é a coocorrência dos pronomes *te* e *você*. Como se sabe, o pronome *você* tem um estatuto ambíguo, pois embora faça referência à segunda pessoa do discurso, engatilha a concordância verbal de terceira pessoa. Dessa maneira, a coocorrência do DP *você* com o pronome oblíquo de segunda pessoa *te* é uma particularidade do redobro do PB que também o distingue de outras línguas do Romance (DINIZ, 2007, p. 51).

Diniz afirma que em relação a terceira pessoa, foi observado que a ocorrência dos clíticos *o(s)/a(s)/lhe(s)* em contextos de redobro é bastante rara atualmente e atribui esse fato a hipótese de que, possivelmente isso acontece devido ao “enfraquecimento (referencial) ou reanálise deste tipo de clítico no PB contemporâneo[...]” (DINIZ, 2007, p.51). Para demonstrar isso a autora sinaliza a estranheza das seguintes sentenças considerando as mesmas agramaticais:

(101)

a. (?) Vi-**o a ele**.

b. (?) Dei-**lhe** o presente **a ele**.

²¹ Estrutura quase sentencial que contém uma predicação sem englobar um verbo (Cf. MIOTO et al, 1999, p. 129).

²² O DP que recebe o Caso dativo vem sem a preposição (DINIZ, 2007, p.55)

3.4 Considerações sobre a seção

Nesta seção revisitamos alguns estudos sobre o redobro de clíticos pronominais em variedades do espanhol e do português.

Em espanhol, Jaeggli (1986) explica que clíticos são gerados junto ao verbo e assume que a atribuição de Caso das estruturas de redobro é formada por emparelhamento. Com essa proposta o autor apresenta os seguintes pares relacionais de Caso: um formado pelo traço de Caso do verbo e do clítico, outro pelo traço de Caso do verbo e da preposição *a*, e mais um formado pelo traço de Caso realizado sobre a preposição *a* e o DP que ocupa a posição de objeto direto. De maneira distinta a Jaeggli (1986), Suñer (1988) assume que os clíticos acusativos e dativos em estruturas de redobro em espanhol não ocupam uma posição argumental e, portanto, não possuem papel temático, são apenas reflexo da concordância que se dá entre o objeto e o verbo, não sorvendo Caso.

No português medieval e clássico o fenômeno do redobro de constituintes por clíticos verbais é bastante atestado nos textos e relaciona-se com a referencialidade e ao uso da preposição nos dados de redobro de clíticos acusativos, mais especificamente a preposição *a*, como atesta Castilho (2005 e 2006) e Gibrail (2003).

Em PE, Martins (2013) considera, que um pronome clítico, por carecer de acento, não pode ser o constituinte posto em relevo nas estruturas que envolvem focalização contrastiva. Nestas estruturas, um constituinte pronominal clítico que seja semanticamente proeminente (um foco contrastivo) aparecerá realizado por dois elementos: um clítico (acusativo ou dativo) e um pronome forte com os mesmos traços de pessoa e número que o clítico, precedido de preposição *a*.

Em PB, Oliveira (2006) discute sobre estruturas de duplicação com o reflexivo *se*, e conclui que, essa duplicação, ocorre somente com verbos na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo argumentando que o *se* é apenas uma marca reflexiva.

Diniz (2007), ao observar as estruturas de redobro no PB, nota que o fenômeno ocorre somente com a primeira e com a segunda pessoas do singular e está condicionado a propriedades sintáticas e semânticas do D/NP objeto direto ou indireto redobrado por clítico e apresenta o importe semântico configuracional [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]].

É importante destacar que o objeto, mesmo quando acusativo, em contexto de ocorrência de redobro de clíticos, necessita ser introduzido por preposição tanto no PE, como

no português medieval, no clássico e no espanhol, já no PB esta condição para o redobro não existe.

Ao comparar o PE com o PB, Pereira (2006) argumenta que no PB não existe o fenômeno do redobro, considerando que nessa variedade as estruturas de argumentos redobrados por clítico são um caso de ênfase. Salientamos que, nas outras variedades, o fenômeno do redobro é associado a um conteúdo informacional forte, ênfase ou foco, fragilizando o argumento de Pereira.

Apresentados os destaques da seção, o objetivo da próxima seção é comparar o fenômeno descrito nos trabalhos revisitados nesta seção com ocorrências de redobro de objetos por clíticos pronominais em dados do PE, retirados do Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe (Cordial-SIN), e dados do PB contemporâneo, elencados em Pereira (2015).

4 DESCRIÇÃO COMPARATIVA DO OBJETO REDOBRADO EM VARIEDADES DO PORTUGUÊS E DO ESPANHOL

O principal objetivo desta seção consiste em descrever e comparar o fenômeno do redobro clítico. Para tanto, realizamos um estudo descritivo utilizando como base sentenças com redobro de objetos por clíticos pronominais extraídas dos trabalhos apresentados na seção 3. E de dois corpora representativos do PB e do PE: o corpus coletado por Pereira (2015), para o PB e o Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe-Cordial-SIN, para o PE.

Assim, os dados considerados para o espanhol foram retirados dos trabalhos de Jaeggli (1986) e Suñer (1988). Os dados diacrônicos do português foram consultados nos trabalhos de Carvalho (2005-2006) e Gibrail (2004), respectivamente, Português Medieval e Português Clássico. Os dados do PE contemporâneo foram coletados do Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe-Cordial-SIN e os dados do PB foram coletados dos trabalhos de Diniz (2007) e de Pereira (2015).

Os dados selecionados foram classificados e analisados de acordo com os aspectos sintáticos e semânticos do clítico, do objeto redobrado e da sentença em que o redobro é atestado. Na subseção 4.1, descrevemos alguns aspectos formais que apareceram nas ocorrências do fenômeno em cada variedade relacionados ao: i) clítico, ii) objeto redobrado, iii) uso da preposição. Finalizamos a subseção com um quadro descritivo-comparativo. Na subseção 4.2, analisamos os aspectos semânticos do D/NP redobrado nas variedades consideradas. Na subseção 4.3, analisamos os traços sintáticos do D/NP redobrado nas variedades consideradas. Reservamos a subseção 4.4 para discorrer sobre os aspectos discursivos e informacionais por trás do fenômeno. Na subseção 4.5 analisamos os aspectos sintáticos e semânticos da predicação verbal em que o redobro foi atestado nas diferentes variedades. Por fim, concluímos a seção apresentando as restrições do objeto redobrado em cada variedade analisada.

4.1 Aspectos formais dos elementos envolvidos no fenômeno

Nesta subseção discorreremos acerca do tipo de clítico observado nos contextos de redobro nas variedades, sobre o tipo de D/NP redobrado nas línguas analisadas e sobre a questão do uso da preposição em redobro de acusativo.

4.1.1 O tipo de *clítico*

Observa-se que em Português Brasileiro, em Espanhol e em todas as variedades do português ocorre o redobro de clíticos do tipo acusativo e dativo.

Nos dados do Português Medieval, do Português Clássico, do Português Europeu, observamos sentenças com objeto direto e indireto com primeira pessoa singular e plural, segunda e terceira pessoas, conforme disposto na apresentação dos dados. Enquanto no Português Brasileiro contemporâneo, não observamos nenhuma ocorrência de redobro de pronome de terceira pessoa, nem com a primeira pessoa no plural.

Os dados do PB mostram a ocorrência de redobro pronominal somente com a primeira e com a segunda pessoa do singular, tanto em posição de objeto direto como na posição de objeto indireto.

Estruturas de redobrimento de objeto com clíticos *o(s)/a(s)/lhe(s)* não foram encontrados no PB. Todavia, em outras variedades isso é perfeitamente observado, como nos dados a seguir, do Português Medieval (Cf. sentença em 1), do Português Clássico (Cf.2) e do Português Europeu (Cf. 3):

- (1) Hũavarento cuyda que tem dinheiro, e o dinheyro tem-**no a elle**. (HEITOR PINTO) (CASTILHO, 2005, p.136).
- (2) Ainda que **lhe** bem pareça **a elle** nem a todos, este não crerá nem terá por bom (F. de Holanda; séc XVI, p. 56) (GIBRAIL, 2004, p.106)
- (3) a gente não sabia como **lha** pagavam **a elas**, não é? (Unhais da Serra- Castelo Branco, CORDIAL-SIN, UNS11-N, p.22)

O fato da não constatação de estruturas como essas no PB, é explicado por Diniz (2007, p. 51) pelo possível “enfraquecimento (referencial) ou reanálise deste tipo de clítico no PB contemporâneo”. A autora destaca como estranhas para um falante atual as seguintes estruturas:

- (4)
 - a. (*)Vi-**o a ele**.
 - b. (*) Dei-**lhe** o presente **a ele**.

É importante mencionar, porém, que o trabalho de Oliveira (2006), apresenta sentenças com redobro em terceira pessoa encontradas na fala de nordestinos:

- (5) O Antonio Arroz deu-**lhe** um chute **nele**.

E ainda com a duplicação do **se** com verbos da 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo:

- (6) porque ela num queria que ele se apaixonasse por ninguém e ele **se** apaixonou-**se** por ela.

No entanto, estes tipos de construções, com redobro de terceira pessoa, não foram atestados nos dados do PB considerados nesta pesquisa (DINIZ, 2007 e PEREIRA, 2015). Por essa razão, as sentenças elencadas do PB contemporâneo apresentam apenas redobro com primeira e segunda pessoas do singular.

4.1.2 Tipo de D/NP redobrado

Sobre o tipo de D/NP redobrado, constatamos que em todas as variedades há ocorrência de redobro de objetos realizados pronome pessoal. Porém, em variedades específicas, outras categorias podem ser redobradas.

Observamos em Espanhol o redobro em contextos com sintagmas nominais, como por exemplo, sentença em (7); em contextos com objeto pronominal demonstrativo, (Cf. sentença em 8); e ainda em contextos com indefinidos, (Cf. sentença em 9).

- (7) **Les** dejaré todo mi dinero **a los pobres**. (SUÑER, 1988, p.177)

- (8) **Lo** quiero mucho **a este arbolito** porque me lo regaló mamá (SUÑER, 1988, p. 178).

- (9) No **le** di nada **a nadie**. (DINIZ, 2007, p.77).

No Português Clássico, além da duplicação de clítico, observamos construções com redobro do quantificador universal todos, sentença em (Cf.10), redobrimento de clítico com sintagmas nominais, (Cf.11); redobrimento de clítico com pronome de tratamento, (Cf.12).

- (10) Que os tratavam de **os** matar **a todos** (D. Couto; séc. XVI, p.?) (GIBRAIL, 2004, p.107)
- (11) E que **lhe** importou **a Daniel** esta tão triste interpretação? (A. Vieira; H. do Fut; séc XVII, p. 56) (Sintagma nominal) (GIBRAIL, 2004, p.106)
- (12) por servi-los e vê-**los a vossas Mercês** (F. Manuel de Melo; Cartas familiares; séc XVII, p.130); (Pronome de tratamento em segunda pessoa) (GIBRAIL, 2004, p.106)

No português Europeu, as sentenças apresentam formas de redobramento também com pronomes de tratamento:

- (13) (...) Eu já **lhe** disse **a você** – não (lhe) disse já? – (Vila Praia de Âncora- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, VPA32-N, p.46).

Já no PB, a única forma de DP em comum com as outras variedades, além do redobro de objeto de primeira e segunda pessoas do singular, observada nos dados, é o redobro com pronome de tratamento, conforme na sentença a seguir:

- (14) Eu **te** vi **você**. (PEREIRA, 2015, p.34).

4.1.3 O uso da preposição e redobro de objeto acusativo

Observando os dados do redobro de clíticos pronominais é possível constatar que em todas as variedades, exceto no PB, aparece a preposição *a* junto aos constituintes acusativos redobrados.

Conforme visto na seção 3, sobre o espanhol, Jaeggli (1986) afirma que em contextos de redobro, o DP objeto direto deve vir obrigatoriamente precedido pela preposição *a*, pois sem a preposição o redobro é impossível. Porém, o autor afirma que a preposição *a* não desempenha o papel de atribuidora de Caso, ao invés disso, para ele a atribuição de Caso se dá por emparelhamento, ou ajuste, de Caso²³. Em relação ao objeto acusativo, o autor destaca, assim, que a atribuição de Caso em construções com duplicação de clítico é obrigatória e o redobro se dá pela presença da preposição *a*. Suñer (1988) atesta contextos de redobro de objeto acusativo com presença e ausência da preposição *a*, sem comprometer a gramaticalidade das sentenças. E conforme visto na seção 3, diferente do que propõe Jaeggli,

²³ Ver seção 3, tópico 3.1.1.

para Suñer, a presença da preposição *a* não seria uma condição para a ocorrência do redobro, nem mesmo o atribuidor de Caso, esse, por sua vez, seria um marcador de traço de animação ou distintividade.

Nos períodos diacrônicos do português, também observamos o aparecimento da preposição *a* nos dados de redobro de clíticos acusativos, como sendo obrigatória para a ocorrência do fenômeno, conforme dado do Português Clássico:

- (15) Sabia que **me** queria elle matar **a mim**, por mexericos que homens (F. Mendes Pinto, séc XVI; p.59) - (PC) (GIBRAIL, 2004, p.105)

No PE corrente o uso da preposição *a* introduzindo os constituintes acusativos redobrados também é obrigatório. Martins (2013) chama atenção para o fato que em estruturas que compreendem focalização contrastiva, um constituinte pronominal aparecerá realizado por um clítico (acusativo ou dativo) e um pronome forte, com os mesmos traços de pessoa e número que o clítico, precedido da preposição *a*.²⁴

- (16) A dona Mercês matou o criado e o Infante matou-**a a ela** (CRPC, C. Pires, Delfim) (MARTINS, 2013, p. 2236)

Já no PB, o redobro de objetos acusativos não é introduzido por preposição, conforme pode ser notado nas sentenças a seguir:

- (17) Eu **te** trouxe **você** aqui [Novela O Rei do Gado, reprise exibido pela Rede Globo em 09/02/14]
 (18) Ele não **me** pagou **eu** [Fala espontânea] (PEREIRA, 2015, p. 38)

Em relação a presença e ausência da preposição *a* em contextos com redobro de acusativo nas variedades analisadas podemos considerar, como Diniz (2007), a hipótese de que a preposição, em construções de redobro acusativo não seja um marcador de Caso, mas sim “um elemento funcional responsável por codificar o importe [+ANIMADO] e/ou [+ESPECÍFICO] ao D/NP na função sintática de objeto direto” (DINIZ, 2007, p. 90). Segundo a autora, “essa diferença paramétrica entre as línguas - realização vs não-realização

²⁴ Ver seção 3, tópico 3.3.1

de preposições antes de DPs ACC - foi o que a levou a considerar que a preposição não participa do mecanismo de valoração do traço de Caso acusativo” (DINIZ, 2007, p. 90) indo ao encontro do que propõe Suñer (1988). Com isso, se em PB, por exemplo, não há a presença da preposição introduzindo o redobro de objeto acusativo, diferenciando essa variedade das outras línguas, nas variedades em que aparece a preposição antes do objeto acusativo em contextos de redobro, concordamos que essa preposição “não atribuiria Caso ao D/NP em posição de objeto, mas seria um elemento que realiza o traço [+ESPECÍFICO] e/ou o subtraço [+ANIMADO] do D/NP” (DINIZ, 2007, p.90).

4.1.4 Quadro síntese da análise descritiva

Com base nas descrições compomos o quadro a seguir, como forma de esquematizar os resultados:

Quadro 4: Descrição comparativa do fenômeno do redobro com relação ao tipo de clítico, objeto redobrado e uso da preposição nas variedades

Variedade	ES	PC	PM	PE	PB
Tipo de clítico	Ac.	Ac.	Ac.	Ac.	Ac.
	Dat.	Dat.	Dat.	Dat.	Dat.
Tipo de D/NP redobrado	Pron. Pess. Pron. Trat.	Pron. Pess. Pron. Trat.	Pron. Pess.	Pron. Pess. Pron. Trat.	Pron. Pess.
	Expressões nominais	Expressões nominais	–	–	–
	–	Quantificador Universal “ todos ”	–	–	–
Preposição/ junto aos constituintes acusativos redobrados	X	X	X	X	–

4.2 As restrições semânticas do D/NP redobrado nas variedades

4.2.1 No Espanhol

Comparando o redobro de clítico em PB e em espanhol, pode-se perceber que essa última língua apresenta menos restrições quanto à natureza do D/NP redobrado. Ao contrário do PB que é mais restritivo, pois nessa língua, o D/NP OBJETO DIRETO deve ser obrigatoriamente animado. Por outro lado, o D/NP OBJETO DIRETO, no espanhol, pode ser animado ou inanimado, contudo deve ser, [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]], conforme se vê nos dados a seguir:

(19) **Lo a vi Juan** (JAEGGLI, 1986, p.164)²⁵

O vi a Juan.

“Vi o Juan”.

(20) **Yo la tenía prevista esta muerte.** (SUÑER, 1988, p.180)

Eu a tinha prevista esta morte.

“Eu tinha esta morte prevista”.

Contudo sentenças do tipo em (20) seriam agramaticais em Português Brasileiro, uma vez que nessa língua, como já mencionado, não ocorre redobro de objeto inanimado, pelo contrário: em PB, além do objeto ser animado, deve ser ainda inerentemente [+HUMANO], para que ocorra o fenômeno do redobro, como veremos na seção

Continuando, em espanhol, quando a posição de objeto for ocupada por um quantificador como *todo (s)* / *toda (s)* pode ocorrer o redobro, conforme sinaliza as sentenças em (21), desde que não modificado por um demonstrativo neutro como *esto* (isto) / *aquello* (aquilo), como ocorre na sentença (22).

(21) **Ya los había presentado a todos ellos** cuando... (SUÑER, 1988, p. 187)

Já os havia apresentado a todos eles quando...

“Já havia apresentado todos eles quando”...

(22) ***Lo vi todo eso.** (SUÑER, 1988, p. 187)

O vi tudo isso.

“Vi tudo isso”.

²⁵ Os dados do espanhol aparecem em glosa e em tradução na terceira seção da dissertação.

De acordo Suñer (1988), sentenças como em (22) são agramaticais devido aos traços dos demonstrativos *esto* / *aquello* que chocam com a especificidade do clítico.

Também não pode ocorrer redobro em espanhol quando o “DP objeto direto vem realizado por um objeto indefinido ou por pronomes (animados) indefinidos, como *alguien* (alguém) e *nadie* (ninguém) ” (DINIZ, 2007, p.74), conforme o dado em (23). E os DPs [-ESPECÍFICOS] também não serão permitidos em estruturas de redobro, conforme o dado em (24):

(23) ***La vi a una mujer.** (DINIZ, 2007, p.75)

***A vi a uma mulher.**

“Vi uma mulher.”

(24)***Las conoces a muchas personas.** (LEONETTI, 2002)

***As conheces a muitas pessoas.**

“Você conhece muitas pessoas. ”

Já o redobro com DP objeto indireto, ou seja, em objetos dativos, pode ocorrer junto a ele as seguintes restrições, [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]], como na sentença em (25):

(25) **Les corté los ruedas a esas / a tres polleras.** (SUÑER, 1988, p. 177)

Lhes cortei a roda a essas / a três saias.

“Cortei a roda dessas /de três saias. ”

E também em contextos em que D/NPs DATIVOS podem ser [+/-ESPECÍFICOS] e [+/-DEFINIDOS], porém devem ser sempre [+REFERENCIAIS], como a sentença em (26) que apresenta os traços [[+REFERENCIAL] [-ESPECÍFICO] [-DEFINIDO]]:

(26) No **le** di nada **a nadie.** (DINIZ, 2007, p.77)

No **lhe** dei nada **a ninguém.**

“Não dei nada a ninguém”.

Em suma, observa-se que em espanhol o redobro com objeto acusativo pode ser animado ou inanimado, porém deve possuir o feixe de traços [[+REFERENCIAL]

[+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]]. Já o redobro de objeto dativo, pode em alguns contextos, apresentar o feixe de traços [+/-ESPECÍFICOS] e [+/-DEFINIDOS], mas devendo ser sempre [+REFERENCIAIS].

4.2.2 No Português Medieval

Conforme os dados de redobro de objeto direto e indireto retirados dos trabalhos de Castilho (2005-2006) o redobro de clíticos no português medieval deve apresentar os traços [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]], como podemos verificar nos exemplos.

(27) [...] se este he o seu filho Joane de que **me a mim** alguuas vezes fallarom. [XV CDP 276:25] p.27]. [clítico dativo como redobro de um SP] (CASTILHO, 2006, p.193).

(28) Rogo-**te a ti**, padre, que me diga se devemos creer que o fogo do inferno he hũũ ou se ha hi tantos fogos no inferno[...]. [XIV DSG 222:24] (CASTILHO, 2005, p.136).

(29) [...] e entom aguilharom mais de X a Paramades e matorom-lhe o cavalo e chagarom-**no a el** de muitas chagas. [XIII SG 325:8]. [Clítico acusativo como redobro de um SN/SP] (CASTILHO, 2006, p.193).

(30)A dona Mercês matou o criado e o Infante matou- **a a ela**. (CRPC, C. Pires, *Delfim*) (CASTILHO, 2005, p.136).

Os dados revelam ainda que os clíticos redobrados, além do feixe de traços [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]], carregam os traços [+ANIMADO] e [+HUMANO]. No português medieval, diferentemente do PB, era permitido o redobro de primeira, segunda e terceira pessoa, como exemplificado em (27), (28), (29) e (30). Logo, pode-se afirmar que o português medieval, apresenta menos restrição para o redobro, em relação ao traço pessoa, do que o PB que permite o redobro apenas de objetos [+REFERENCIAL], [+ESPECÍFICO], [+DEFINIDO], [+ANIMADO], [+HUMANO] [+EGO] e [+TU]²⁶.

4.2.3 No Português Clássico

²⁶ Ver subseção 4.3.6.

Assim como o PM, diferentemente do PB, o PC apresenta uma quantidade maior de contextos para o redobro. Como foi descrito na subseção 4.1.2 nessa última variedade havia clíticos redobrando os traços de pronomes pessoais, de tratamento em segunda pessoa, sintagmas nominais, e do pronome indefinido todos, conforme observado nos dados retirados de Gibrail (2003). Em relação aos traços semânticos utilizados como parâmetros para a análise foi possível perceber nas sentenças que o objeto redobrado no PC é [[+ ANIMADO] [+HUMANO]] e [+/-EGO] [+/-TU]], como se pode observar nas sentenças abaixo:

(31) Sabia que **me** queria elle matar **a mim**, por mexericos que homens (F. Mendes Pinto, séc XVI; p.59) (GIBRAIL, 2004, p.105)

(32) Ainda que **lhe** bem pareça **a elle** nem a todos, este não crerá nem terá por bom. (F. de Holanda; séc XVI, p. 56). (GIBRAIL, 2004, p.105)

Em relação ao feixe de traços [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]], percebe-se que nessa variedade pode haver redobro de objeto direto ou indireto [-DEFINIDO] como se pode ver exemplificado em (33) e (34):

(33) que os tratavam de **os** matar **a todos**. (D. Couto; séc. XVI, p.?) (GIBRAIL, 2004, p.106)

(34) achando-**os todos** vivos. (D. Couto; séc. XVI, p.127); (GIBRAIL, 2004, p.106)

4.2.4 No Português Europeu

O mesmo ocorre no PE: o redobro de objeto direto, quanto de objeto indireto, deve ser [+REFERENCIAL], [+ESPECÍFICO], [+DEFINIDO], devendo ser ainda [+HUMANO]. Como nessa variedade há redobro com a terceira pessoa, logo, diferente do PB, o objeto pode ser [+/-EGO, +/-TU]:

(35) também **nos** pica **a nós**? (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL34-N, p.45).

4.2.5 No Português Brasileiro

Os dados de redobro de pronomes clíticos no PB sempre apresentam os traços [+EGO] [+TU], sugerindo uma maior restrição ao fenômeno:

(36) Eu vou *te* levar *você* lá no carro. (DINIZ, 2007, p.49)

(37) Ele *me* escreveu uma carta *pra mim*. [Fala espontânea] (PEREIRA, 2015, p.33)

Pela restrição do traço de pessoa em PB, espera-se que o D/NP redobrado deva ser também [+HUMANO], o que se confirma, sendo ainda [+DEFINIDO], como afirma Diniz (2007, p.71-72), os “pronomes eu e você são participantes ativos numa instância discursiva, ou seja, são elementos atuantes e evidentes no ato de enunciação”. Ainda segundo essa autora, parafraseando o que afirma Suñer (1989), “pronomes pessoais em posição de argumento se referem a uma pessoa definida e são, portanto, [+ESPECÍFICOS]” (DINIZ, 2007, p.72). Desse modo, os D/NPs redobrados em PB devem apresentar o feixe de traços [[+EGO, +TU][+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]].

4.3 Quadro síntese das restrições semânticas do D/NP redobrado nas variedades

Com base nas descrições do feixe de traços condicionantes para o redobro em cada variedade, elaboramos o quadro síntese:

Quadro 5: Traços semânticos do objeto redobrado nas variedades

	Espanhol	PM	PC	PE	PB
A	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+/-ANIMADO] [+/-HUMANO] [+/-EGO, +/-TU],	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+EGO, +TU]
D	[+REFERENCIAL] [+/-ESPECÍFICO] [+/-DEFINIDO] [+/-ANIMADO] [+/-HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]	[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ ANIMADO] [+HUMANO] [+EGO, +TU]

Fonte: Baseado em Diniz (2007)

4.4 As restrições sintáticas

Diniz (2007) afirma que, do ponto de vista sintático, não é qualquer objeto de um verbo transitivo que pode ser redobrado²⁷. Diante disso, a autora propõe que é possível examinar a realização morfossintática dos sintagmas em contextos de redobro. Como se pode confirmar na seção anterior, o importante semântico-configuracional [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]] está presente em contextos de redobro em concordância com o que afirma Diniz (2007, p. 92): são “estas propriedades denotacionais da categoria D^o que licenciam o redobro”. Assim, em relação a restrição sintática, a autora afirma que apenas quando a categoria funcional DP for projetada é que haverá o fenômeno do redobro. E como

Nomes próprios e pronomes pessoais apresentam intrinsecamente, um traço D, o qual determina que esta capa funcional deve estar abstratamente preenchida, muito embora ela nem sempre tenha efeitos na fonologia das línguas. Por esta razão é possível encontrar redobro tanto de nomes próprios, quanto de pronomes pessoais (DINIZ, 2007, p.95).

Esse requisito pode ser observado em contextos com dativo de posse no português e que nesses casos “quando há ausência da categoria D^o não é possível obter uma interpretação de [+POSSUIDOR] e a derivação não converge” (DINIZ, 2007, p.93-94). Isso pode ser verificado a seguir, em sentenças elencadas por Diniz (2007):

(38)

- a. A mãe cortou-*lhe as* unhas (DINIZ, 2007, p.94)
- b. * A mãe cortou-*lhe* unhas

(39)

²⁷ Diniz (2007) parte da proposta de Laka (1993) de que os traços semânticos que o DP apresenta se concretizam na sintaxe por meio de uma capa funcional preenchida, dessa forma, o objeto precisa ser um NP que projete um nível funcional DP”. A língua estudada por Laka (1993), é o Basco, e nessa língua “o DP argumento interno deve ser sempre nucleado por um determinante, um quantificador ou um demonstrativo para que ele se mova para fora do VP para receber Caso estrutural” (DINIZ, 2007, p.92). Assim, segundo Laka (1993) *apud* Diniz (2007), “é esta exigência sintática que permite o movimento do objeto para uma posição funcional acima de VP” e “quando o sintagma nominal não é nucleado por um determinante, tem-se uma estrutura mal formada no Basco” (DINIZ, 2007, p. 92-93). A proposta de Laka (1993), pode ser assim resumida: “constituintes DPs devem se mover para fora do VP, para [Spec, Agr] onde eles checam os traços D. Os dados do basco indicam que este movimento obedece a um requerimento morfológico crucial: presença ou ausência de determinante” (DINIZ, 2007, p. 93).

- a. Viu-**lhe a** filha (DINIZ, 2007, p.94)
- b. * Viu-lhe filha

Observando as sentenças com redobro os dados revelam que realmente há uma agramaticalidade quando se tem um NP nu, em contextos em que o determinante está ausente, como na sentença a seguir do espanhol:

(40)

- a. **Los** vi a **los niños** (DINIZ, 2007, p.94)
- b. * **Los** vi a **niños**.

Realmente, nos dados de redobro das diversas variedades é possível encontrar redobrado nomes precedidos de determinantes e pronomes pessoais, ou seja, categorias que contém intrinsecamente o traço D:

(41) **Lo** vamos a empujar **al ómnibus** (SUÑER, 1988) (Espanhol)

O vamos empurrar **ao ônibus**.

“Vamos empurrar o ônibus”

(42) se este he o seu filho Joane de que **me a mim** alguuas vezes fallarom [XV CDP 276:25] p.27]. (Português Medieval) (CASTILHO, 2006, p.192)

(43) E que **lhe** importou **a Daniel** esta tão triste interpretação? (A. Vieira; H. do Fut; séc XVII, p. 56). (Português Clássico) (GIBRAIL, 2004, p.106)

(44) E eles pagavam-**me** também **a mim** (Carrapatelo- Évora, CORDIAL-SIN, CPT36-N) (Português Europeu)

(45) O ônibus **me** fechô **eu**. (DINIZ, 2007, p.49) (Português Brasileiro)

Com essa constatação concordamos com o que propõe Diniz (2007), que para ser redobrado “o NP deve projetar um nível funcional DP acima da projeção lexical NP” (DINIZ, 2007, p.94), com a seguinte projeção sintática na figura abaixo:

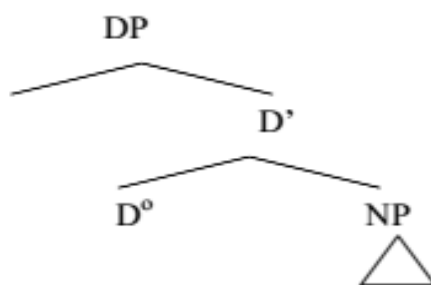


Figura 6: Projeção sintática do D/NP redobrado
Fonte: (DINIZ, 2007, p.94)

4.5 Os contextos discursivos

De acordo com Bittencourt (2009) as análises referentes aos clíticos revelam-se complexas por envolverem três níveis: o sintático (considerando a estrutura argumental do verbo “hospedeiro” e os traços categoriais do clítico); o semântico (considerando o papel temático ou função semântica dos argumentos e o tipo de verbo) e o discursivo (considerando a referência dos argumentos representados pelo clítico) [...]. Estudos como os de Galves e Faria (2010), com o Corpus Anotado do Português Histórico - Tycho Brahe, destacam a importância da relação entre a natureza semântica e a natureza sintática, uma vez que o conteúdo informacional da sentença parece ser relevante para a sintaxe dos clíticos. Então, considerando esse viés discursivo e as referências argumentais apresentadas pelos clíticos, em contexto de redobro, propomos, nessa subseção, refletir sobre o fenômeno nessa perspectiva discursiva.

Por essa razão, propomos que além das restrições de ordem sintático-semântica aqui apresentadas, também é possível se estudar o redobro, investigando o conteúdo discursivo-informacional das sentenças.

Os conceitos de referencialidade, especificidade e definitude, utilizados para a descrição semântica, revelam que o D/NP faz referência a um elemento específico no ambiente discursivo. E essas categorias semânticas se relacionam diretamente com o conteúdo informacional presente no contexto discursivo das sentenças com redobro.

Nos trabalhos revisitados, há menção da relação entre o redobro e os contextos informacionais discursivos:

Castilho (2005), explica o redobrimento sintático por meio da propriedade de ênfase, pois o fenômeno é acionado quando o efeito semântico resultante de uma estrutura se

desgasta, ou seja, perde seu potencial enfático. Nesse contexto, a língua se autorregularia procurando em sua gramática algum constituinte para recuperar o efeito semântico perdido.

Gibrail (2003), relaciona os fenômenos que envolvem a sintaxe dos clíticos pronominais na diacronia do português e também as ocorrências de redobro com o fenômeno da Topicalização.

Já Martins (2013), como já mencionado anteriormente em outras seções, relaciona o redobro com estruturas de Focalização. De acordo com a autora, um pronome clítico, por carecer de acento, não pode ser o constituinte posto em relevo nas estruturas que envolvem focalização contrastiva. Nestas estruturas, um constituinte pronominal que seja semanticamente um foco contrastivo aparecerá realizado por dois elementos: um clítico (acusativo ou dativo) e um pronome forte, com os mesmos traços de pessoa e número que o clítico, precedido pela preposição *a*. Nesses casos, o pronome tônico duplica o clítico para suprir a sua natureza deficiente.

A Topicalização e a Focalização são fenômenos caracterizados pela colocação de um termo em destaque e podem ser relacionados ao fenômeno do redobro de clíticos, como está relacionado para a subida de clítico em predicado complexo. (Cf. ANDRADE, 2010).

Enquanto a Topicalização é uma estratégia sintática que a língua utiliza para pôr em evidência um elemento no contexto discursivo- o constituinte focalizado, que pode ser identificado por ser a parte mais importante/relevante no contexto- a Focalização é, pois, fenômeno de natureza discursivo-pragmática, pois o usuário pode centrar sua atenção a uma parcela do enunciado que julgue relevante, enfatizando-a. Nesse sentido, partes de uma sentença são enfatizadas não só porque são centrais no discurso, mas porque afetam o que o falante diz e o que o ouvinte interpreta (GONÇALVES, 1998, p. 32). Essa noção parece relevante na reiteração de enunciados, como em dados do PC, em que há a subida do clítico e o redobro, para enfatizar o objeto (destacado em c.p. NAMIUTI, 2017):

(46) Sabia que **me** queria elle matar **a mim**... (Pinto, séc. XVI; p.59) (GIBRAIL, 2004, p.105)

Um processo envolvendo os traços discursivos de Topicalização e Focalização podem estar na base dos fenômenos (que envolvem o emprego enfático de pronomes) no PC.

Também nas outras variedades consideradas, os contextos de redobro parecem se relacionar com os fenômenos da Topicalização e Focalização. Vimos que para Martins (2013)

a presença da preposição *a* introduzindo o objeto redobrado justifica-se pelo conteúdo informacional e do Foco Contrastivo no PE.

No Português Brasileiro, o objeto redobrado tem um valor enfático.

4.6 Considerações sobre as restrições sintático-semânticas e discursivas do D/NP redobrado

Considerando as observações sobre o redobro de clíticos pronominais entre as variedades, é possível perceber que o PB é a variedade que apresenta maior restrição para a ocorrência de redobro de objeto. Vimos que as ocorrências do redobro no Português Brasileiro contemporâneo limitam-se a objetos pronominais de primeira e segunda pessoas que apresentam os traços [+REFERENCIAL], [+ESPECÍFICO], [+DEFINIDO] e [+HUMANO], enquanto no Espanhol e nas demais variedades sincrônicas e diacrônicas do português é permitido também o redobro de objetos não pronominais de terceira pessoa. Somente o Espanhol permite o redobro de objetos [-ANIMADOS] ou [-HUMANOS].

Assumindo a proposta de Diniz (2007), testamos, por meio de pesquisa bibliográfica e revisita dos dados, as restrições semânticas propostas por ela, nas cinco variedades aqui estudadas e percebemos que as restrições semânticas realmente variam entre as línguas naturais e que realmente o PB, parece ser a variedade mais restritiva semanticamente para a ocorrência do fenômeno. Quanto a restrição sintática, de que o NP deve projetar um nível funcional DP acima da projeção lexical NP, testamos essa restrição para verificar e compreender o fenômeno do redobro e constatamos ser isso um princípio comum entre as línguas analisadas.

Considerando os direcionamentos de que o fenômeno do redobro estaria condicionado por restrições sintático-semânticas impostas ao objeto redobrado, reformulamos a hipótese de que de que para além das restrições dessa natureza, também o conteúdo discursivo-informacional e os predicados teriam uma relação com a ocorrência do redobro.

Como foi visto, é possível analisar o fenômeno pelo viés discursivo, uma vez que os clíticos envolvidos em contextos de redobro apresentam uma relação com a ênfase, com o tópico ou com o foco.

Com base nessas constatações assumimos diferentemente de Diniz (2007) que defende que o redobro é um fenômeno de natureza morfofonológica, que na verdade trata-se de um fenômeno de natureza morfossemântica, pois a presença do objeto redobrado altera o significado das sentenças.

4.7 Predicação verbal e redobro de clíticos pronominais

Como mencionado na subseção 2.6 os clíticos também podem ser investigados a partir da predicação verbal, considerando restrições sintáticas e semânticas relacionadas aos predicados. Com isso se faz importante analisar a relação existente entre a categorização do predicado conforme sua natureza sintático-semântica (predicados simples e predicados complexos) e o redobro de clíticos e ainda a função sintático-semântica predicativa dos objetos redobrados.

Para a abordagem sintático-predicativa utilizamos a noção de predicado simples e complexo ligados a sintaxe, e não a noção de predicados semanticamente complexos. Nesse sentido, predicados Simples são aqueles formados por apenas um elemento predicator, enquanto os predicados complexos são formados por mais de um elemento predicator na sintaxe (Cf. ANDRADE, 2010, p.1).

Observando os dados constatamos que o tipo de predicado simples aparece em contextos de redobro em todas as variedades e que o tipo de predicado complexo aparece em contextos de redobro nas variedades do Português (Português Clássico; Português Europeu; Português Brasileiro), conforme se nota pelas sentenças a seguir:

(i) Contextos de redobro de clíticos pronominais com predicados simples:

(47) [...] claro que **la** encontré pesada **la audición**. (SUÑER, 1988) -Espanhol

[...] claro que **a** encontrei chata **a audição**.

“[...] claro que achei chata a audição.”

(48) E eu perguntei-**me a mim** mesmo se meu pai seria diferente em cada uma das duas ou três casas que tinha. (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (CASTILHO, 2006, p.193)- Português Medieval

(49) E que **lhe** disse **a você**, Senhor amo, que eu fiz tal aleivosia? (M. da Costa, séc XVII, p.180) (GIBRAIL, 2003, p.168) - Português Clássico

(50) e perguntou-**lhe a ele** (...) como é que se tratava a prombeta. (Fontinhas- Angra do Heroísmo, CORDIAL-SIN, RC42-N, p.56) - Português Europeu)

(51) Eu **te** vi **você**. [Fala espontânea]- Português Brasileiro

(ii) **Contextos de redobro de clíticos pronominais com predicados complexos:**

(52) Sabia que **me** queria elle matar **a mim**, por mexericos que homens (F. Mendes Pinto, séc XVI; p.59) (GIBRAIL, 2004, p.105) - Português Clássico

(53) Tinha-**lhe** pedido dinheiro **a ele**. (Fontinhas- Angra do Heroísmo, CORDIAL-SIN TRC61-N, p.89) -Português Europeu

(54) Eu vou **te** levar **você** lá no carro. (DINIZ, 2007, p. 49) - Português Brasileiro)

Com base nesses tipos de predicados, observados nos dados das variedades, formulamos o seguinte quadro sobre os tipos de predicado sintático, com as inferências tendo como base as sentenças encontradas e observadas a partir dos trabalhos revisitados e dos dados utilizados:

Quadro 6: predicados sintáticos e redobro de clítico

Tipo sintático do predicado	Redobro de clíticos
Predicado Simples	Todas as variedades
Predicado Complexo	Português Clássico; Português Europeu; Português Brasileiro.

Para a função do clítico conforme o predicado em nível semântico, depois de ter analisado as conceituações apresentadas na subseção 2.6, consideraremos os predicados elencados por Meira (2013) para definir quais tipos de predicado semânticos permitem o redobro e quais tipos não permitem. Isso porque tomando como base a classificação semântico-predicativa proposta por Neves (2000), por exemplo, temos o seguinte:

Pode ocorrer o redobro com o tipo de predicado Dinâmico (**ações e atividades**), conforme o exemplo do PB, em que o verbo indica ação:

(55) Eu **te** vi **você** (PEREIRA, 2015, p. 38)

Não pode ocorrer redobro com contextos que envolvem o tipo de predicado não-dinâmicos (**estados**):

(56) * Você **me** estava **pra mim** (PEREIRA, 2015, p. 38)

Isso porque nesse tipo de predicado o verbo indica estado (por exemplo, verbos como ser, estar, permanecer, continuar, andar, persistir, virar, ficar, acabar, passar), sendo portando um verbo de ligação, formando um predicativo do sujeito, assim em uma situação com redobro a sentença ficaria agramatical, como exemplificado em (56).

Com alguns verbos do tipo de predicado Dinâmico **processos**, que indica ação, acontecimento, fenômeno natural, desejo, atividade mental (verbos como acontecer, considerar, desejar, julgar, pensar, querer, suceder, chover, correr, fazer nascer, pretender, raciocinar), é possível o redobro, como com o verbo acontecer. (cf.57). Porém, como outros tipos de verbos, classificados por Neves (2000), como pertencentes à classe **processos**, não é possível o redobro, como nos tipos atividade mental (pensar, raciocinar ou fenômeno natural, como chover), o que se percebe pelo estranhamento de sentenças com objeto redobrado com esses verbos, sentença formulada em (58).

(57) E até ainda temos outra coisa mais interessante – vai ver –, que **me** aconteceu **a mim**. (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL06-N, p.06) – Português Europeu

(58) * Eu **te** pensei tanto **em ti/você**

Por isso, optamos por utilizar como parâmetro para análise restritiva a classificação dos predicados apresentada por Meira (2013). Dos tipos de predicados propostos por Meira (2013), podemos observar que, com predicados cuja leitura é não-epistêmica, é possível o redobro em todas as variedades, já com os predicados com leitura epistêmica não é possível o redobro em nenhuma variedade.

Nos de leitura não-epistêmica estão os do tipo **Deônticos** que se referem a Ação/Atividade (que dizem respeito ao que alguém faz ou ao que algo provoca), nesses é possível o redobro em todas as variedades (59a); e os do tipo **Causativos** (Eventos) que são

propriedades concretas e particulares, realizados em um tempo e espaço determinados, podendo ser mais genérico ou mais específico (MEIRA, 2013, p.119), conforme sentença em (59b). Já os Segundo Meira (2013, p.119), os predicados **Epistêmicos** (Proposição) se referem a pensamentos e a crenças e indicam entidades mais abstratas, ligadas à mente do falante. Sentenças que expressam dúvidas e condições são também proposições. Proposição não pode ser tomada como uma entidade concreta, real, existe apenas na mente do falante. Nesse tipo de predicado, não é possível o redobro, conforme sentença em (59c). Seguem exemplos de sentenças no PB, demonstrando esses tipos de predicados:

(59)

- a. Eu **te** quero **você** tanto, mamãe. (predicado não epistêmico)
- b. Eu **te** mandei **você** comprar aqueles chocolates (predicado não epistêmico)
- c. Eu **te** pensei em **você** tanto - Eu **te** acredito em **você** (predicado epistêmico)

Utilizamos exemplificações do PB, para demonstrar a gramaticalidade das sentenças redobradas como predicados não-epistêmicos e a agramaticalidade em contextos de predicados epistêmicos. Considerando todas as variedades, é possível observar que sentenças com verbos que se referem a pensamentos e a crenças, não aparecem com objeto redobrado nos dados colhidos nos trabalhos considerados para a pesquisa.

Assim, com base nessa restrição semântico-predicativa elaboramos o quadro a seguir, que demonstra os tipos semânticos dos predicados, as leituras de cada um e sua permissividade (marcada com “X”) ou não (marado com “-”) para a ocorrência do redobro de clíticos pronominais :

Quadro 7: predicado semântico e redobro de clítico

TIPO SEMÂNTICO DO PREDICADO	LEITURA DO PREDICADO	REDOBRO DE CLÍTICO
Predicados que indicam Ação/Atividade	Não –epistêmica	X
Predicados que indicam Eventos	Não –epistêmica	X
Predicados que indicam Estado, Proposição	Epistêmica	–

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa objetivou-se analisar o fenômeno redobro de pronomes clíticos de forma qualitativa, com um estudo comparativo entre cinco variedades: o Espanhol; o Português Medieval; o Português Clássico; o Português Europeu; e o Português Brasileiro. Para isso tomamos como base os pressupostos teóricos do gerativismo e a revisita de trabalhos relacionados ao fenômeno. Partindo da proposta de Diniz (2007) e acrescentando elementos a ela, concluímos que o redobro é condicionado por aspectos sintáticos semânticos e discursivos. Defendemos também que o aspecto semântico do predicado é uma restrição para essa ocorrência do redobro.

Concluímos em relação aos traços semânticos que em Espanhol o objeto acusativo redobrado pode ser [+REFERENCIAL][+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+/-ANIMADO] [+/-HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]. Já o dativo pode ser [+REFERENCIAL] [+/-ESPECÍFICO] [+/-DEFINIDO] [+/-ANIMADO] [+/-HUMANO] [+/-EGO, +/-TU]; em Português Medieval, Português Clássico, Português Europeu, o objeto acusativo/dativo apresenta os seguintes traços semânticos: [+REFERENCIAL][+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO] [+ANIMADO] [+HUMANO] [+/-EGO, +/-TU].

Como pôde-se perceber o PE e os dados históricos apresentam o redobro de maneira mais semelhante ao espanhol.

Em relação ao PB, o objeto redobrado deve fazer referência a um elemento previamente dado no contexto pragmático-discursivo, dessa forma o D/NP objeto direto ou indireto em PB deve apresentar os traços [[+REFERENCIAL] [+ESPECÍFICO] [+DEFINIDO]]. Sendo dessa forma possuidor dos traços [[+EGO] [+TU]], inerentes em um contexto de comunicação que envolve pessoas, limitando-se o redobro a primeira e segunda pessoa do singular. “Esse fato serve para sustentar a hipótese que deste “esvaziamento” de restrições semânticas, conservou-se apenas o que seria essencial para a realização do redobro” (DINIZ, 2007, p.88).

De forma comum, verificamos que em todas as variedades o objeto redobrado não pode ser um NP nu, devendo, obrigatoriamente, projetar uma capa funcional DP, e que os tipos semânticos dos predicados que permitem o fenômeno também são os mesmos em todas as línguas consideradas - o predicado deve ser do tipo que apresenta leitura não-epistêmica, para que ocorra o redobro.

Para concluir, ressaltamos que o redobro de clíticos é um fenômeno natural nas mais diversas línguas, sendo também eminentemente linguístico (um fenômeno sintático que

possui restrições semânticas e relações com fenômenos discursivos). Assim com este trabalho foi possível estudar algumas das restrições sintáticas e semânticas do fenômeno abrindo um espaço de investigação e debate para o futuro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aroldo Leal de. **A subida de clíticos em português**: Um estudo sobre a variedade europeia dos séculos XVI a XX. Tese (Doutorado) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BITTENCOURT, Regina Lúcia. Apagamento de pronomes clíticos de forma reflexiva. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (Org.). **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX. Salvador: EDUFBA, 2009.p.138-173. Disponível em <<https://repositório.ufba.br/ri/bitstream/ufba/185/1/Africa%20a%20vista.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2017.

CARDINALETTI, A; STARKE, M. The typology of structural deficiency. In: VAN RIEMSDIJK, H. (ed.). **Clitics and other functional categories in European languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999, p. 145-233.

CARVALHO, Dannel da Silva. **A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística). UFAL. Maceió, 2008. Disponível em <https://www.academia.edu/4381545/A_estrutura_interna_dos_pronomes_pessoais_em_Portugu%C3%AAs_Brasileiro>. Acesso em 25 jun. 2017.

CARVALHO, Nildemir Ferreira de. **SEMÂNTICA GRAMATICAL: A SIGNIFICAÇÃO DOS PRONOMES**. Alfa, São Paulo, 1984. Disponível em <<seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3666/3435>>. Acesso em 05 dez. 2017.

CASTILHO, Célia Maria Moraes de. **O processo de redobramento sintático no português medieval: formação das perífrases com estar**. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CASTILHO, Célia Maria Moraes de. Primeiras histórias sobre a diacronia do dequeísmo: o clítico locativo em e o dequeísmo das orações relativas no PM. In: LOBO, T. et al (Orgs). **Para a História do Português Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, Vol. VI, Tomo I, 2006. Disponível em <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maril014.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2017.

CASTRO, Márcia. Silva. **A sintaxe dos clíticos pronominais do dialeto gaúcho atual**, Dissertação (Mestrado em Linguística). PPGL/PUCRS. 2002.

CHOMSKY, Noam. **O Conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem E Uso**. Trad. Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves. Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

CHOMSKY, Noam. **Derivation by Phase**. MIT Occasional Papers in Linguistics. 18. Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1999.

CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge: Mass, MIT Press. Trad. Eduardo Raposo, Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

CORDIAL-SIN – **Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe** (A. M. Martins, coord.). Disponível em < <http://www.clul.ulisboa.pt/en/11-resources/313-cordial-sin-corpus-normalized-transcription>> Acesso em 05 mai.2017.

DECESARIS, Janet Ann. (Eds.). **Studies in Romance Linguistics**. p. 377-397, 1989.

DINIZ, C. **Eu te amo você** - O redobro de pronomes clíticos sob uma abordagem minimalista. Dissertação de mestrado. UFMG: Belo Horizonte, 2007. Disponível em < www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-7ABNGJ>. Acesso em 05 mai.2017.

DUARTE, Inês; BRITO, Ana Maria. Predicação e Classes de Predicadores. In: MATEUS, M.H.M et al (eds), **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

ENDRUSCHAT, Annette. A tríade Adverbial-Verbo-Pronome Clítico no Português Actual; Gramaticalização vs Pragmatização. **Rev. Fac. Letras-Línguas e Literaturas** Anexo VI-Porto, p.155-169, 1994.

GALVES, Charlotte. Do português clássico ao português europeu moderno: uma análise minimalista. **Estudos Linguísticos e Literários**, 19. ed. Salvador: Universidade Federal da Bahia. p. 105-128. 2014.

GALVES, Charlotte; FARIA, Pablo. **Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese**. 2010. Disponível em: <<http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>>. Acesso em 14 dez. 2017.

GIBRAIL, Alba Verônica Brito. **O acusativo preposicionado no Português Clássico: uma abordagem diacrônica e teórica**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Foco e topicalização: delimitação e confronto de estruturas. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 7, n.1, p. 31-50, jan. /jun. 1998. Disponível em <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2182>>. Acesso em 14 dez. 2017.

GROPPI, Mirta. **Variación en la expresión del objeto directo**. 2006. Disponível em: <http://www.lle.cce.ufsc.br/congresso/trabalhos_lingua/Mirta%20Groppi.doc>. Acesso em: mai. 2017.

GRUBER, Jeffrey. **Lexical structures in syntax and semantics**. Amsterdam, North-Holland Publishing, 1976.

JAEGGLI, Osvaldo. Tres cuestiones en el estudio de los clíticos: el caso, los sintagmas nominales reduplicados y las extracciones. In: FERNÁNDEZ SORIANO, Olga. (Org.). **Los pronombres átonos**. Madri: Tauros Ediciones, 1993. p.141-172.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). In.: **Manual de lingüística**. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 127-140. Disponível em <www.professores.uff.br/eduardo/artigos.../manualdelinguistica_2008.pdf> Acesso em 20 jun.2017.

KENEDY, Eduardo. 2013. **Curso Básico de Linguística Gerativa**. São Paulo: Contexto. 1993.

MARCILESE, Mercedes. **Aquisição de complementos pronominais acusativos**: um estudo experimental contrastivo entre o português brasileiro e o espanhol rio-platense. Dissertação (Mestrado em Letras) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARTINS, Ana Maria. A posição dos pronomes pessoais clíticos. In: organizada por RAPOSO, Eduardo Paiva. et al. (Orgs.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2013. 2231-2302.

MATEUS et alii **Gramática da Língua Portuguesa**, capítulo 20.5: Tipologia dos pronomes clíticos (de autoria de Ana Maria Brito), pp. 826-844. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MEIRA, Vivian. **A obviação /referencia disjunta em complementação sentencial**: Uma proposta sintático-semântica. 229f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem - IEL, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Campinas, 2013.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Manual de Sintaxe**. Florianópolis: Insular, 1999.

MIOTO, Carlos. **Sintaxe do português**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em: <<https://books.google.com.br>>. Acesso em: 21 jun.2017.

NUNES, Jairo. De clítico à concordância: o caso dos acusativos de terceira pessoa em Português Brasileiro. **Cadernos de ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**. n. 57.1, Campinas, jan./jun. p. 61-84.2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641472/8989>>. Acesso em: 21 jun.2017.

OLIVEIRA, Marilza. Nós se cliticizou-se? In: LOBO, T. et al (Orgs). **Para a História do Português Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, v. VI, Tomo I, 2006. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maril014.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

PEREIRA, Ana Luiza Dias. **Os pronomes clíticos do PB contemporâneo na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída**, 2006. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Lingüística – PPGL. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88868/227968.pdf?sequence=1>>. Acesso em: mai. 2017.

PEREIRA, Sirlene Freire dos Santos. **Redobro de clíticos em português brasileiro**: restrições sintáticas e semânticas. Monografia (Graduação em Letras). Universidade Estadual da Bahia, Brumado, 2015.

RAPOSO, Eduardo. Some Observations on the Pronominal System of Portuguese. **CatWPL**. v. 6, p. 59-93, 1998.

RAPOSO, Eduardo. Clitic Positions and Verb Movement. In: COSTA, J. (ed.). **Portuguese Syntax: new Comparative Studies**. Oxford Studies in Comparative Syntax. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SÂNDALO, Maria Filomena Spatti. Morfologia. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina (org.) *Introdução à linguística*. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Thiago da Silva. **ANIMACIDADE: um estudo entre línguas**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2013. Disponível em: <www.letras.ufrj.br/poslinguistica/wp-content/uploads/.../SantosTS.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SILVA-CORVALÁN, Claudio. La función pragmática de la duplicación de pronombres clíticos. **Boletín de Filología de la Universidad de Chile**. XXXI, 1981

SILVEIRA, Gessilene. **O comportamento sintático dos clíticos no português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

SUÑER, Margarita. El papel de la concordancia en las construcciones de reduplicación de clíticos. In: FERNÁNDEZ SORIANO, Olga. (Org.). **Los pronombres átonos** Madrid: Tauros Ediciones, 1988. p.174-184.

TOURINHO, Júlia Braga. **Dativo ético: um estudo sobre o comportamento do pronome não argumental no português brasileiro**. Monografia. Universidade de Brasília. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/16463/1/2015_JuliaBragaTourinho_tcc.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2017.

ANEXO A- DADOS UTILIZADOS

Os dados do espanhol foram retirados dos trabalhos de Jaeggli (1986) e Suñer (1988). Os dados diacrônicos do português foram consultados dos trabalhos de Carvalho (2005-2006), sobre o Português Medieval, e de Gibrail (2004), sobre o Português Clássico. Os dados do Português de Moçambique, retirados do trabalho de Mapasse (2005), os dados do PE contemporâneo foram coletados do Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe-Cordial-SIN e os dados do PB foram coletados dos trabalhos de Diniz (2007) e de Pereira (2015). Apresentam-se, primeiramente, agrupados de acordo com a natureza sintática do objeto redobrado - i) Objeto Direto, ii) objeto indireto.

Dados do Espanhol

i) Objeto direto

- (1) *Le* sacaron la muela del juicio **a Juan**. (JAEGGLI, 1986, p. 151)

Lhe extraíram o dente do juízo **ao Juan**.

“Extraíram o dente do juízo do Juan. ”

- (2) *Le* comí la torta **a Juan**. (JAEGGLI, 1986, p. 152)

Lhe comi a torta **ao Juan**.

“Comi a torta do Juan. ”

- (3) *Le* ofrecí ayuda **a la niña**. (SUÑER, 1988, p.177)

Lhe ofereci ajuda **à menina**.

“Ofereci ajuda à menina. ”

- (4) *Le* examinaron los dientes **al caballo**. (JAEGGLI, 1986, p. 151)

Lhe examinaram os dentes **ao cavalo**.

“Examinaram os dentes do cavalo. ”

- (5) *Lo* vamos a empujar **al ómnibus**. (SUÑER, 1988, p. 152)

O vamos empurrar **ao ônibus**.

“Vamos empurrar o ônibus”

(6) [...] claro que **la** encontré pesada **la audición**. (SUÑER, 1988, p. 177)

[...] claro que **a** encontrei chata **a audição**.

“[...] claro que achei chata a audição. ”

(7) Ahora tiene que seguir usando **lo el apellido**. (SUÑER, 1988, p. 177)

Agora tem que seguir usando-**o o sobrenome**.

“Agora tem que seguir usando o sobrenome. ”

(i) Objeto indireto

(8) **Le** ensució el libro **a Pedro**. (JAEGGLI, 1986, p. 152)

Lhe sujei o livro **ao Pedro**.

“Sujei o livro do Pedro. ”

(9) **Les** dejaré todo mi dinero **a los pobres**. (SUÑER, 1988, p.177)

Lhes deixarei todo meu dinheiro **aos pobres**.

“Deixarei todo meu dinheiro aos pobres. ”

(10) No **le** di nada **a nadie**. (DINIZ, 2007, p.77).

Não *o atropelamos a ninguém.

“Não atropelamos ninguém. ”

(ii) Com demonstrativo²⁸

(11) **Lo** quiero mucho **a este arbolito** porque me lo regaló mamá. (SUÑER, 1988, p. 178).

A quero muito **a esta arvorezinha** porque me a deu de presente mamãe.

“Quero muito esta arvorezinha porque a mamãe me deu ela de presente. ”

Dados do Português Medieval

i) Objeto direto

²⁸ Nos trabalhos do espanhol, encontramos redobro em contextos com objeto pronominal demonstrativo.

- (12) [...] e entom aguilharom mais de X a Paramades e matorom-lhe o cavalo e chagarom-**no a el** de muitas chagas. [XIII SG 325:8]. [Clítico acusativo como redobro de um SN/SP] (CASTILHO, 2006, p.193).
- (13) Rogo-**te a ti**, padre, que me diga se devemos creer que o fogo do inferno he hũũ ou se ha hi tantos fogos no inferno[...]. [XIV DSG 222:24] (CASTILHO, 2005, p.136).
- (14) E pois se ende ela partio, cresceu-**lhi a ele** mais a vertude do corpo e começou a braadar com grande lediça e dizer [...] [XIV DSG 175:7] (CASTILHO, 2005, p.136).
- (15) Hũavarento cuyda que tem dinheiro, e o dinheyro tem-**no a elle**. (HEITOR PINTO) (CASTILHO, 2005, p.136).
- (16) A dona Mercês matou o criado e o Infante matou- **a a ela**. (CRPC, C. Pires, *Delfim*) (CASTILHO, 2005, p.136).

ii) Objeto indireto

- (17) [...] se este he o seu filho Joane de que **me a mim** alguuas vezes fallarom. [XV CDP 276:25] p.27]. [Clítico dativo como redobro de um SP] (CASTILHO, 2006, p.193).
- (18) Quite-**mi a mi** meu senhor / e dé-mi um bom fiador / por mia soldade. [XIII CEM 247:1] (CASTILHO, 2006, p.193).
- (19) “E sodes vos ja em salvo”, disse el, “de oje mais ir-**me-ei eu**”. [XIII SG 167:7] (CASTILHO, 2006, p.193).
- (20) E eu perguntei-**me a mim** mesmo se meu pai seria diferente em cada uma das duas ou três casas que tinha. (CRPC, J. Sena, *Sinais*) (CASTILHO, 2006, p.193).

i) Objeto direto

(21) Sabia que **me** queria elle matar **a mim**, por mexericos que homens (F. Mendes Pinto, séc XVI; p.59) (GIBRAIL, 2004, p.105)

(22) por servi-los e vê-**los a vossas Mercês** (F. Manuel de Melo; Cartas familiares; séc XVII, p.130); (Pronome de tratamento em segunda pessoa) (GIBRAIL, 2004, p.106)

ii) Objeto indireto

(23) Ainda que **lhe** bem pareça **a elle** nem a todos, este não crerá nem terá por bom (F. de Holanda; séc XVI, p. 56) (GIBRAIL, 2004, p.106)

(24) E que **lhe** disse **a você**, Senhor amo, que eu fiz tal aleivosia? (M. da Costa, séc XVII, p.180) (Pronome de tratamento em segunda pessoa) (GIBRAIL, 2004, p.168)

(25) Mas se o intento de Christo era acautelar-**nos aos catholicos** (A. Vieira; Sermões; séc XVII, p. 89). (Sintagma nominal) (GIBRAIL, 2004, p.106)

(26) E que **lhe** importou **a Daniel** esta tão triste interpretação? (A. Vieira; H. do Fut; séc XVII, p. 56) (Sintagma nominal) (GIBRAIL, 2004, p.106)

iii) Pronome indefinido todos (sendo que este apresenta apenas coocorrência com clíticos acusativos)²⁹:

(27) Que os tratavam de **os** matar **a todos** (D. Couto; séc. XVI, p.?) (GIBRAIL, 2004, p.107)

(28) E achando-**os todos** vivos (D. Couto; séc. XVI, p.127) (GIBRAIL, 2004, p.107)

Dados do Português Europeu

²⁹ Gibrail (2004) apresenta, em seu trabalho, redobramentos sintáticos, um deles com o quantificador universal todos.

i) Objeto direto

- (29) Baixa lá tu os teus e deixa-o **a ele** (Aljustrel- Beja, CORDIAL-SIN, AJT18-N)
- (30) Mas isso é só para **nos** prejudicar **a nós**. (Sapeira, Portalegre, CORDIAL-SIN, AAL 06-N, p.07)
- (31) E o que **nos** valia **a nós**... (Vila Praia de Âncora- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, VPA06-N, p.08)
- (32) Também **nos** pica **a nós**? (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL34-N, p.45).

ii) Objeto indireto

- (33) E eles pagavam-**me** também **a mim** (Carrapatelo- Évora, CORDIAL-SIN, CPT36-N)
- (34) **A mim**, aqui, têm-**me** eles dado, de Inverno, bastante prejuízo. (Unhais da Serra- Castelo Branco, CORDIAL-SIN, UNS01-N, p.01)
- (35) E **a mim** os lobos fizeram-**me** a meter (...) (Unhais da Serra- Castelo Branco, CORDIAL-SIN, UNS08-N, p.14)
- (36) E só uma vez, **a mim**, levaram-**me** umas poucas de cabras, os lobos. (Unhais da Serra- Castelo Branco, CORDIAL-SIN, UNS09-N, p.16)
- (37) **A mim** não **me** faz muita impressão! (Unhais da Serra- Castelo Branco, CORDIAL-SIN, UNS45-N, p. 99)
- (38) Mas **a mim** chamavam-**me** coisas por causa desse... (Fontinhas- Angra do Heroísmo, CORDIAL-SIN, TRC65-N, p.97)
- (39) E até ainda temos outra coisa mais interessante – vai ver –, que **me** aconteceu **a mim**. (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL06-N, p.06)
- (40) Sim... Eu, **a mim**, nunca **me** aconteceu. (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL14-N, p.20)
- (41) Tínhamos a tal mula que era uma mula que tanto **me** levava **a mim** e à mulher (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL15-N, p.21)

- (42) A **mim** ensinou-**me** ele. (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL18-N, p.26)
- (43) com aquela engenhoca que eu fazia; pois ensinaram-**me**, e como **a mim** mais, que se caçavam, então, assim certos pássaros. (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL19-N, p.28)
- (44) E depois **a mim** também **me** fez igual. (Perafita, Vila Real, CORDIAL-SIN, PFT11-N, p.15).
- (45) Então aconteceu-**me a mim**. (Perafita, Vila Real, CORDIAL-SIN, PFT29-N, p.36)
- (46) e perguntou-**lhe a ele** (...) como é que se tratava a prombeta. (Fontinhas- Angra do Heroísmo, CORDIAL-SIN, RC42-N, p.56)
- (47) Tinha-**lhe** pedido dinheiro **a ele**. (Fontinhas- Angra do Heroísmo, CORDIAL-SIN TRC61-N, p.89)
- (48) sem **lhe** poderem chegar **a ela**. (Fontinhas- Angra do Heroísmo, CORDIAL-SIN, TRC69-N, p.110)
- (49) Apareceu-**lhe a ele**. (Castro Laboreiro- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, CTL13-N, p.18)
- (50) a gente não sabia como **lha** pagavam **a elas**, não é? (Unhais da Serra- Castelo Branco, CORDIAL-SIN, UNS11-N, p.22)
- (51) **A nós** 'pagavam-**nos-a**' a trinta, lá na Covilhã (...) (Unhais da Serra- Castelo Branco, CORDIAL-SIN, UNS11-N, p.22)
- (52) **A nós** davam-**nos** uma vez por acaso, daquela carne... (Vila Praia de Âncora- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, VPA06-N, p.08-09)
- (53) (...) Eu já **lhe** disse **a você** – não (lhe) disse já? – (Vila Praia de Âncora- Viana do Castelo, CORDIAL-SIN, VPA32-N, p.46)

i) Objeto direto

(54) Eu **te** vi **você** [Fala espontânea]

(55) Eu **te** trouxe **você** aqui [Novela O Rei do Gado, reprise exibido pela Rede Globo em 09/02/14]

(56) Ele não **me** pagou **eu** [Fala espontânea]

(57) Eles **te** irrita **ocê** (DINIZ, 2007, p.49)

(58) Eu **te** esperei **você** um tempão (DINIZ, 2007, p.49)

(59) O ônibus **me** fechô **eu** (DINIZ, 2007, p.49)

(60) Eu vou **te** levar **você** lá no carro (DINIZ, 2007, p.49)

ii) Objeto indireto

(61) Ele **me** escreveu uma carta **pra mim** [Fala espontânea]

(62) Eu **lhe** falei **para você** [Fala espontânea]

(63) Minha mãe **me** deu **pra mim** [Fala espontânea]

(64) Aquele poeta **me** escreveu um livro **pra mim** [Fala espontânea]

(65) Já **te** falei **pra tu** [Fala espontânea]

(66) Você **me** deu um brinco de ouro **pra mim** [Programa A Praça é Nossa exibido no canal SBT, em 12/02/15]

(67) Eu **lhe** falei **para você** [Fala espontânea]

- (68) Eu **te** falei **pra tu** sair dessa parada (<<http://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>>)
- (69) Eu **te** falei **pra você** não brincar com fogo
(<<https://www.vagalume.com.br/grupo-ta-na-mente/eu-to-solteiro.html>>)
- (70) **Pra mim**, ele **me** dizia o que eu tinha que falar, e eu repetia
(<<http://www.corpusdoportugues.org/web-dial/>>)
- (71) Eu **te** avisei **pra você** não se apaixonar (<<https://www.vagalume.com.br/grupo-ta-na-mente/eu-to-solteiro.html>>)